



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA



ISAMARA DOS SANTOS DE FRANÇA

**O subdesenvolvimento nordestino:  
um estudo de caso sobre o Maranhão**

CAMPINAS  
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ISAMARA DOS SANTOS FRANÇA

**O subdesenvolvimento nordestino:  
um estudo de caso sobre o Maranhão**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota.

CAMPINAS  
2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

F844s França, Isamara dos Santos de, 1994-  
O subdesenvolvimento nordestino : um estudo de caso sobre o Maranhão /  
Isamara dos Santos de França. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia regional. 2. Indicadores econômicos. 3. Maranhão - Aspectos  
econômicos. 4. Maranhão - História. I. Mota, Fernando Cezar de Macedo, 1969-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

### Informações adicionais, complementares

#### **Palavras-chave em inglês:**

Regional economics

Economic indicators

Maranhão (Brazil) - Economic aspects

Maranhão (Brazil) - History

**Titulação:** Bacharel em Ciências Econômicas

#### **Banca examinadora:**

Fernando Cezar de Macedo Mota [Orientador]

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Jennifer Ribeiro da Silva

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 08-02-2022

ISAMARA DOS SANTOS FRANÇA

**O subdesenvolvimento nordestino:  
um estudo de caso sobre o Maranhão**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota – Presidente da banca  
Instituto de Economia - UNICAMP

---

Mestre Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes – Convidado  
Instituto de Economia - UNICAMP

---

Economista Jennifer Ribeiro da Silva – Convidada  
Instituto de Economia – UNICAMP

## AGRADECIMENTOS

Lembro-me de quando meus pais ligaram para nos avisar que eu e meu irmão iríamos finalmente morar com eles em Campinas, São Paulo. Saí pequena de Coroatá, localizada no estado do Maranhão. Não tínhamos perspectiva de construir um futuro melhor, porém tínhamos ali toda nossa família, que, por mais difícil que fosse, era nosso refúgio. Meus pais sempre quiseram que eu e meu irmão tivéssemos um futuro diferente de tudo que eles viveram, que não passássemos tantas dificuldades como eles, que pudéssemos estudar, ter um emprego melhor remunerado, ter uma qualidade de vida mais confortável.

Meus pais sempre foram minha base, minha fonte de inspiração, meu espelho de vida. Por mais que tivessem toda a dificuldade do mundo, nunca pararam de lutar, nunca desistiram de tentar nos proporcionar uma vida melhor.

Lembro-me que ao dizer para minha professora de matemática, Jaqueline, que estava indo morar em Campinas, São Paulo, sua primeira fala foi “Espero um dia ouvir que você conseguiu estudar na Unicamp”. Tinha 12 anos, mas me lembro como se fosse hoje. Confesso que duvidei da minha capacidade de um dia conseguir estudar nessa universidade.

Assim, não poderia deixar de expressar meu grande agradecimento à professora Jaqueline, que, naquele momento, despertou dentro de mim a força de vontade para conseguir ser a primeira pessoa da família a ingressar em universidade.

Não poderia de agradecer à professora Rosivalda, professora do ensino médio, que me dava aulas de reforço de matemática, química e física após as aulas para que pudesse prestar o vestibular. Obrigada por ter sido um anjo na minha vida.

Aos meus pais, Vera e José Iran, faltam palavras para agradecê-los por tudo que fizeram e fazer por mim! Por me incentivarem, por serem minha base, por não medirem esforços para que eu conseguisse atingir esse momento. Não poderia deixar de registrar o quanto minha mãe foi meu porto seguro, durante todos os dias, independentemente do horário que chegasse em casa, me aguardava chegar com o pratinho de comida quentinho e com o melhor colo para os dias difíceis.

Ao meu irmão, agradeço por todas as vezes que me protegeu e se deslocou para me buscar nas noites geladas pós-aulas e, principalmente, por demonstrar todo o seu orgulho ao falar da irmã (eu).

Agradeço às minhas amigas de vida e de curso, Rafaela e Aleticia, por tantos momentos especiais que passamos juntas, por todas as vezes que me ajudaram nas matérias em que tive dificuldade, por todas as vezes que precisei de apoio para assuntos pessoais.

À Aleticia meu agradecimento especial: só tenho a dizer que será eterna minha gratidão por tudo que fez por mim, por me incentivar, por ter sempre uma palavra de conforto e apoio em uma situação difícil e, principalmente, por ser uma pessoa na qual eu sempre me inspirei, por ser tão doce, amiga, parceira, por me mostrar o quanto eu sou capaz de alcançar meus sonhos.

Tantas pessoas passaram nesse período de graduação, cada uma deixou um aprendizado de vida, então, não poderia deixar de agradecê-las, pois, de alguma forma, me tornaram mais forte.

Agradeço também aos meus amigos de ProFIS, programa pelo qual pude ingressar na Universidade. Assim, meu agradecimento ao Raphael, Alex, Monique, Wanderléia, Raquel e Victor.

Agradeço a minha tia Veranilde por todo apoio e incentivo durante o período de graduação.

Agradeço especialmente aos meus avós Francisca, José Gonzaga, Osmarina e Raimundo, por terem me criado e por também serem referência de pessoas batalhadoras.

Agradeço ao amor da minha vida, Cristiano, por me dar todo amor do mundo e por ser meu maior incentivador de vida...

Agradeço ao meu orientador Fernando Macedo, pela oportunidade de realizar esta monografia.

Enfim, agradeço a todos que vivenciaram comigo esse momento tão importante na minha vida, a graduação!

*Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível (Charles Chaplin)*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo estudar a formação histórica e econômica do estado do Maranhão desde o período colonial até os dias de hoje. Com isso, serão discutidos e analisados os principais ciclos econômicos, sendo eles: o ciclo do algodão, ciclo do babaçu, ciclo da soja e industrialização no século XXI. Ademais, serão apresentados alguns dados para análise de indicadores como renda, emprego e IDH. Analisa, assim, o conjunto de fatores que mais se destacaram para a formação econômica do Estado.

**Palavras-chave:** História. Economia Regional. Aspectos Econômicos. Indicadores.

## **ABSTRACT**

The present work aims to study the historical and economic formation of the state of Maranhão from the colonial period to the present day. With this, the main economic cycles will be discussed and analyzed, namely: the cotton cycle, babassu cycle, soybean cycle and industrialization in the 21st century. Furthermore, some data will be presented for the analysis of indicators such as income, employment and HDI. Thus, it analyzes the set of factors that stood out the most for the economic formation of the State.

**Keywords:** History. Regional Economy. Economic Aspects. Indicators.

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1</b> - Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal por tipo de produto extrativo: babaçu (amêndoa) .....  | 26 |
| <b>Tabela 2</b> - Produção de Soja (tonelada).....  | 28 |
| <b>Tabela 3</b> - Dez maiores produtores de soja do MA em 2019 .....  | 29 |
| <b>Tabela 4</b> - Dez maiores compradores de soja do Maranhão em 2019 .....   | 29 |
| <b>Tabela 5</b> - Crescimento do PIB a preços constantes R\$ (mil) .....  | 35 |
| <b>Tabela 6</b> – Taxa de Crescimento (%) do PIB – Brasil, Nordeste e estados selecionados – 2002 a 2008 e 2009 a 2015. ....  | 37 |
| <b>Tabela 7</b> – PIB per capita e população em 2015 – Maranhão e ranking dos municípios com os dez maiores e menores PIB do estado .....   | 39 |
| <b>Tabela 8</b> – Evolução do PIB (R\$ mil) e Valor Adicionado (R\$ mil) do município de São Luís (2012 - 2017) .....   | 40 |
| <b>Tabela 9</b> – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em ocupações formais, por sexo e cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais - 2018.....              | 40 |
| <b>Tabela 10</b> - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, cor ou raça (2012 – 2018). ....  | 41 |
| <b>Tabela 11</b> – Distribuição dos estabelecimentos segundo setor econômico (2002 e 2016).....   | 42 |
| <b>Tabela 12</b> - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano das pessoas, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais (2012 – 2018).....   | 44 |
| <b>Tabela 13</b> - Distribuição percentual do rendimento de todas as fontes dos arranjos domiciliares, por classes de rendimento domiciliar per capita e origem dos rendimentos, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2012 – 2018)..... | 45 |
| <b>Tabela 14</b> - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo e cor ou raça, com indicação dos coeficientes de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2012 – 2018) .....  | 46 |
| <b>Tabela 15</b> - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita.....  | 47 |

## **LISTA DE SIGLAS**

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de desenvolvimento Humano

IMES – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNHUD Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no Brasil

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 13 |
| <b>CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E CICLOS ECONÔMICOS DO MARANHÃO (SÉC. XVI ATÉ 1930)</b> .....       | 16 |
| <b>1.1 Ocupação Territorial do Maranhão (Século XVI)</b> .....   | 17 |
| <b>1.2 Ciclo Econômico do Algodão (Século XVIII)</b> .....   | 20 |
| <b>1.3 Economia maranhense na transição do século XIX</b> .....  | 22 |
| <b>1.4 Ciclo econômico do Babaçu (XX)</b> .....  | 24 |
| <b>1.5 Ciclo Econômico da Soja (Século XX - XXI)</b> .....   | 27 |
| <b>CAPÍTULO 2: TRANSFORMAÇÕES E ESTRUTURA PRODUTIVA MARANHENSE</b> .....                               | 31 |
| <b>2.1 O Maranhão no ciclo nacional-desenvolvimentista</b> .....                                       | 32 |
| <b>2.2 Heterogeneidade, diversificação e os vetores de crescimento do Maranhão no século XXI</b> ..... | 35 |
| <b>2.3 A utilização dos indicadores sociais para análise das desigualdades</b> .....                   | 43 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 50 |

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, assim com a região Nordeste, o estado do Maranhão também se modificou, evidenciando, assim, uma perceptível melhora em termos econômicos e sociais (Diniz, 2013). De acordo com Leão e Valente Júnior (2018), considerando a série histórica entre os períodos de 2002 a 2015, o PIB do Maranhão apresentou taxas de crescimentos maior que a média do Nordeste e do Brasil, ocupando em 2015 o quarto maior PIB regional.

Cabe ressaltar a importância das atividades agropecuárias que, durante a década de 1990, recebem a introdução intensiva em capital do produto soja e outras cadeias do agronegócio, além do avanço com relação à criação da pecuária, responsável por tornar o Maranhão o segundo maior rebanho do Nordeste (AZEVEDO, 2003). No entanto, segundo Rolim Filho (2016), ao longo de sua história, o estado configurou baixos índices de desenvolvimento, além de ciclos econômicos de euforia e decadência.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, Celso Furtado, ao longo de sua carreira como economista e pensador da história brasileira, propõe um amplo debate sobre a questão do desenvolvimento econômico regional do Nordeste. Furtado buscou identificar, por meio das características do seu país, os fundamentos do desenvolvimento econômico, refletindo sobre sua ocorrência no sistema de produção capitalista e dando ênfase ao aspecto regional nordestino. De forma geral, Furtado destaca que a ideia sobre desenvolvimento econômico trata-se de um processo demasiadamente desigual devido à maneira como se propaga em determinados lugares, seja com maior ou menor facilidade, além de não ser um processo uniforme, pois há uma diversidade de recursos e fatores apresentados em cada parte. (SILVA, 2013)

Nesse sentido, para se compreender o processo histórico do Maranhão, é crucial analisar sua estrutura econômica e examinar o tipo de universo econômico no qual ele está inserido desde sua formação até os dias de hoje.

De acordo com Santos e Pflueger (2019), a história econômica do Maranhão é formada por quatro ciclos econômicos importantes. O primeiro deles é o ciclo primário exportador do algodão que se iniciou no século XVIII e foi responsável por proporcionar uma das maiores arrecadações do PIB do país. No entanto, esse ciclo foi encerrado devido a mudanças no mercado internacional, seguido da desarticulação do sistema agrícola somada à abolição da escravatura.

O segundo ciclo se iniciou nos períodos entre 1890 e 1940 na qual houve uma expansão de crescimento das indústrias têxteis com o objetivo de recuperar o ciclo anterior,

do algodão. Apesar disso, esse ciclo entrou em decadência devido à baixa produtividade, à modernização dos equipamentos com tecnologia de ponta, que se tornaram mais produtivos, e ao barateamento dos custos de transportes

Em seguida, como tentativa de retomada da economia maranhense, iniciou-se o ciclo do coco babaçu já no século XX, o qual não alcançou os resultados esperados devido a sua cadeia produtiva que não conseguia crescer em ritmos necessários para suprir a demanda do mercado internacional.

Por último, o quarto ciclo, que teve início a partir dos anos 1970 e perdura até os dias atuais, caracteriza-se pelo esforço de integração à economia nacional por meio da implantação de investimentos públicos e privados, através da chegada de grandes projetos industriais. Além disso, no final da década de 1970, no sul do estado, começou a ser desenvolvida uma agricultura mecanizada voltada para produção de milho, arroz, algodão, com ênfase no cultivo de soja.

De acordo com Diniz (2013), nos períodos de 2010 a 2016, foram direcionados novos investimentos para três setores do estado. O primeiro deles é direcionado para o complexo minero-metalúrgico da região oeste, nas cidades de Açailândia, Imperatriz e Santa Inês. O segundo é destinado ao agronegócio da região Sul, nas cidades de Balsas e Riachão. Por fim, o terceiro voltado para as indústrias de alumínio, minério de ferro e de petróleo da região norte, em torno de São Luiz.

Dessa forma, visando a analisar a formação histórica econômica do estado, é importante levar em consideração duas características importantes que fizeram parte de toda sua história: o caráter exportador e a sua condição periférica. Além disso, como se demonstrará, historicamente, o processo da formação econômica e social maranhense apresenta várias discontinuidades. Assim, sua economia foi formada por bases frágeis, de dependência externa, baseada em uma economia agrária exportadora e, portanto, suscetíveis a crises.

Analisa-se, também, o conjunto de fatores que mais se destacaram para a formação econômica do estado e os principais problemas que enfrentados na atualidade. Especificamente, são objetivos desta monografia:

- Entender a formação econômica do estado do Maranhão;
- Descrever as principais características da economia maranhense no século XXI
- Apresentar indicadores socioeconômicos para o estado do Maranhão.

Ademais, o procedimento metodológico adotado inicialmente foi a revisão bibliográfica sobre a trajetória histórica e econômica do estado do Maranhão. Assim, foram analisados os principais acontecimentos históricos e as principais atividades econômicas dessa região desde a sua formação inicial até os dias de hoje. Posteriormente, foi feito o levantamento de informações estatísticas e de indicadores socioeconômicos, o que possibilitou traçar um quadro sobre a realidade estadual.

Dessa forma, a presente monografia foi dividida em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, é feito o resgate histórico da formação econômica do Maranhão. Já no segundo, é discutida a realidade socioeconômica do estado no século XXI com base nos dados coletados no IBGE.

## **CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E CICLOS ECONÔMICOS DO MARANHÃO (SÉC. XVI ATÉ 1930)**

A partir do século XVI, iniciou-se o processo de ocupação do estado do Maranhão por meio da expansão da coroa portuguesa no Brasil. Os donatários Aires da Cunha, João de Barros e Manoel Álvares de Almeida foram responsáveis por organizar uma tripulação de 900 homens e 100 navios com o objetivo de ocupar o Maranhão. Entretanto, isso infelizmente não aconteceu, posto que naufragaram antes de chegar ao solo maranhense. Foram realizadas outras tentativas de acesso ao território maranhense, porém a dificuldade de entrada fizeram com que os portugueses deixassem de lado a tentativa de ocupar essa região (TROVÃO, 2008).

Os franceses, por outro lado, obtiveram êxito quanto à tentativa de ocupação do território maranhense. Com o apoio da coroa francesa, os franceses ocuparam a ilha do Maranhão em 12 de agosto de 1612 por uma expedição comandada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, composta por 3 navios e aproximadamente 300 homens. Ao se estabelecerem, escolheram o nome do local de São Luís, em homenagem ao rei da França (TROVÃO, 2008)

Todavia, a posse definitiva da região foi conquistada pelos portugueses em 1614 por meio de uma batalha, expulsando totalmente os franceses em 1615. Assim, o processo de ocupação se iniciou pelo litoral, espalhando-se pela região oeste e leste e, posteriormente, pelos vales dos rios, uma vez que as rodovias inexistiam e os caminhos que iam surgindo margeavam os rios, desenvolvendo uma ocupação linear (TROVÃO, 2008).

Diante disso, de acordo com Cunha (2015), a ocupação e a colonização do estado do Maranhão ocorreu por meio de duas macroentradas, uma tendo como ponto de partida a região norte, a partir do golfão maranhense, e a segunda sendo pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o vale do rio Paraíba.

Em síntese, a ocupação da região norte gerou um estrutura econômica e social com forças produtivas voltadas para a agricultura, pautada na grande propriedade privada, com relações de produções sustentadas pela escravidão de índios e de negros africanos, criando, assim, uma miscigenação de portugueses, índios e africanos. Por outro lado, ainda segundo Cunha (2015), na região sul emergiu uma estrutura produtiva ligadas às atividades pecuárias devido às condições edáficas e climáticas, aptas para a criação de gado, além de relações sociais de esboço feudal.

De modo geral, Portugal sob a liderança do Marquês de Pombal foi responsável por implementar as principais mudanças na economia do Maranhão, dentre elas, a liberdade dos índios, que trocou a escravidão indígena pela negra, e a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que teve um papel dinamizado na economia maranhense (CUNHA, 2015).

A realidade maranhense começou a mudar de fato com a nomeação de Marquês de Pombal, que se empenhou em criar condições propícias para a expansão econômica do estado. Uma das suas iniciativas foi a criação, em 1755, da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável por fornecer aos agricultores ferramentas, escravos, mantimentos e crédito para expandir a produção e promover o comércio local (Pereira Filho, 2015)

A partir desse período, o que é hoje o atual estado do Maranhão foi evoluindo de maneira acentuada e se estendendo ao longo dos séculos com períodos de evolução e de quedas em seus ciclos econômicos. Além disso, a economia maranhense pode ser caracterizada, desde sua origem, como agroexportadora (Pereira Filho, 2015).

Dessa forma, a história econômica do Maranhão é formada por fases distintas caracterizadas pela presença de um ou poucos produtos voltados principalmente para o mercado externo. Dentre eles, os que mais se destacam são: a economia do algodão (séc. XVIII) que teve papel marcante no povoamento da região e o coco babaçu (séc. XX) que continua presente nos tempos atuais e tem importante papel para as populações tradicionais, especialmente para as mulheres. No séc. XXI, a economia do estado tem como principais atividades o cultivo de soja no sul do Maranhão, e na região norte, celulose, alumínio e ferro. (Rocha e Mota, 2012)

No geral, observa-se o forte vínculo da base produtiva com o mercado internacional em qualquer das fases da história econômica estadual (Rolim Filho, 2016). Deste modo, este capítulo abordará como se formou historicamente o Maranhão, quais os principais ciclos econômicos e como eles influenciaram sua economia atualmente. Assim, será feito um aparato histórico sobre os fatos mais relevantes desde sua colonização até os tempos atuais, de forma resumida sem aprofundar em detalhes, tão somente para traçar um quadro geral de como o estado chegou na situação em que se encontra no séc. XXI.

### **1.1 Ocupação Territorial do Maranhão (Século XVI)**

Segundo Rolim Filho (2016), a colonização do Maranhão é objeto de controvérsias, visto que o atual estado foi criado em 1534, ano em que D. João III dividiu a Colônia

Portuguesa no Brasil em Capitânicas Hereditárias. Entretanto, entre os séculos XVI e XVII, a região foi abandonada pelos portugueses devido às dificuldades de acesso a esse território que ocorria pelo Golfão Maranhense e pela Malha Fluvial. Ao contrário de algumas capitânicas, não ocorreu de fato a ocupação do Maranhão, posto que parte dos seus primeiros colonos naufragaram e os sobreviventes fundaram o povoado de Nazaré. A falta de ocupação desse território resultou em invasões por parte de outras nações europeias.

Ainda de acordo com o autor, nos anos de 1594 aportava a primeira embarcação francesa no Maranhão, com o Capitão Jacques Riffault, o qual selou uma aliança com o índio Uirapibe, fundando estabelecimentos. Em 1607, Daniel de La Touche, o senhor de La Ravardière, realizou uma expedição para analisar a possibilidade de colonização da região e, devido aos bons relatos de terras férteis, sem ocupação europeia e populações indígenas amigáveis, houve a confirmação das boas condições para a criação de uma colônia nesse território. Em 1610, embarcaram quinhentos franceses e quatro capuchinhos para fundar a França Equinocial.

Conforme afirma Cunha (2015), São Luís, única cidade brasileira criada pelos franceses, foi fundada em oito de setembro de 1612, ano em que houve a implantação da primeira cruz e a celebração da primeira missa pelos missionários capuchinhos.

O risco de perda territorial do norte brasileiro fez com que os portugueses travassem uma batalha contra os franceses que, pelo fato de já estarem envolvidos em outras lutas continentais europeias, não conseguiram prestar auxílio a suas tropas em defesa da França Equinocial. Assim, os portugueses, mesmo em menor número, derrotaram os franceses na Batalha de Guaxenduba, em 14 de novembro de 1614, expulsando-os definitivamente em 1615 (FAUSTO, 2001).

De acordo com Fausto (2001), para assegurar o domínio português sobre a região norte da colônia, em 1621, Portugal divide o Brasil em dois Estados: o do Brasil e o do Maranhão. Contudo, apesar de o Maranhão ser uma parte significativa da colônia, não houve esforços por parte dos portugueses para ocupação e desenvolvimento de atividade econômica na região, com exceção de duas grandes feitorias: a Ilha de São Luís e Belém. Houve poucas tentativas de ocupação do interior que foram malsucedidas. Além disso, diversos fatores contribuíram para que Portugal não conseguisse manter uma forte corrente migratória, como, por exemplo, a conquista na Ásia e na África, grandes números de naufrágios, além das guerras. Dessa forma, o Maranhão continuou existindo apenas como entreposto para defender o norte do Brasil de invasões estrangeiras, pouco evoluindo durante o século XVII.

Em 1641, os holandeses invadiram o Maranhão no intuito de construir uma grande

empreitada agroindustrial de plantação de cana e produção de açúcar, porém a ocupação durou pouco tempo e foi marcada por lutas e massacres, sendo expulsos em 1644 e não deixando resquícios na economia maranhense (ROLIM FILHO, 2016).

Em 1682, foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão que visava incentivar o desenvolvimento da região, facilitar a produção, o escoamento de produtos e prover o abastecimento da região com mão de obra escravizada africana, uma vez que a escravização de indígenas entrava em conflito com os jesuítas. Contudo, a companhia do comércio fracassou e a atividade econômica maranhense continuou evoluindo de forma esporádica e precária (SIMOSEN, 2005).

Um aspecto muito importante é que a região era de forte influência indígena, fazendo com que existisse uma grande mestiçagem entre portugueses e ameríndios, uma vez que poucas mulheres europeias se deslocavam para a colônia. A escravidão de indígenas era a principal mão de obra da região, pois para os portugueses o nível civilizatório dos índios era inferior. Além disso, o fato deles não terem fé era uma justificativa para a exploração de tribos inteiras. À época, o tráfico de indígenas era a atividade mais lucrativa do Maranhão (ROLIM FILHO, 2016).

Entretanto, as crônicas sobre o Maranhão, segundo Pereira Filho (2015), apontam uma miséria extrema entre a população em geral: homens descalços, com apenas os mais ricos vestindo panos de algodão pintado; os escravizados andavam nus e as famílias de nobres deixavam de ir para cidade por simplesmente não terem o que vestir; o comer de todos os dias era proveniente da roça, pesca e caça.

Por meio dos jesuítas da Companhia de Jesus, iniciou-se a catequização dos índios com intuito de educá-los e, assim, domesticá-los. O projeto educacional tinha como objetivo implementar uma profunda transformação dos povos e etnias indígenas espalhados por todo território, conforme explica Santos (2021, p. 7):

A Companhia de Jesus foi fundada na Europa em 1534 por Inácio de Loyola juntamente com outros seis companheiros, estudantes da Universidade de Paris no bairro de Montmartre. Loyola buscava a perfeição interior humana através da própria racionalização e autocontrole do indivíduo, “perfeição que, na mente de Loyola, significava submissão a Cristo e à Igreja na pessoa do Papa” (SANTOS, 2021, p. 7).

De acordo com Shigunov e Maciel (2008), a atuação educacional dos jesuítas alcançou todos os extremos da colônia, não só do Maranhão como também do Brasil. As escolas de catequização situavam-se estrategicamente próximas às cidades e vilas portuguesas, sendo

que essa estratégia tinha como objetivo doutrinário a transformação social através da fé cristã e como objetivo econômico a preparação do indígena para o trabalho – que era um princípio fundamental da sociedade colonial. Por último, o objetivo político de se utilizar dos indígenas convertidos era a proteção da própria ordem constitucional ali presente contra inimigos externos e indígenas selvagens.

Contudo, com o início do período pombalino em 1750, os jesuítas passaram a ser perseguidos, sendo que esta perseguição foi institucionalizada através da Lei da Plena Liberdade dos Índios (1755), na qual a ordem deixava de ofertar educação aos indígenas aldeados.

O período pombalino iniciou-se em 1750, após a morte de Dom João V e com a posse de Sebastião José de Carvalho e Mello, mais conhecido pelo seu título de Marquês de Pombal. O período pombalino teve influência direta da corrente iluminista que havia tomado conta da Europa neste período, e buscava o desenvolvimento intelectual do homem, bem como liberdade política e econômica (...) No Brasil, os ideais iluministas promoveram mudanças administrativas gerais, como por exemplo, fomento de companhias e a criminalização do preconceito contra ameríndios da América portuguesa. (SANTOS, 2021, p. 9)

Diante disso, Pombal teve como ação em seu governo a modificação da economia, fomentando as práticas mercantis na colônia e determinando a criação de companhias de comércio pelas províncias. No Grão-Pará, foi fundada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, que estimulava a ampliação das plantações de algodão.

## **1.2 Ciclo Econômico do Algodão (Século XVIII)**

Ao analisar o processo de formação e evolução histórica da economia maranhense desde sua colonização, nota-se a sua dependência de centros dinâmicos externos, como já destacado em passagens anteriores.

Inicialmente, a história econômica maranhense tem notável importância a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, na qual tinha-se por objetivo estimular a migração populacional para a produção de arroz, algodão e couro. Segundo Rolim Filho (2016), para isso, a companhia organizou algumas medidas decisivas como viabilizar o tráfico de escravizados africanos, introduzir sementes de arroz e de algodão de qualidade e implementar uma política de preços para a produção local e estabelecer um sistema de navegação para atender a exportação. Assim, a implementação da companhia foi responsável por introduzir condições para que a estrutura econômica do Maranhão se desenvolvesse minimamente.

De acordo com o autor, estimulados pelos incentivos da companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pela ampliação do mercado de algodão e pelo aumento no nível de preços do produto no mercado europeu, os produtores do Maranhão expandiram a exportação de algodão. Com a produção e exportação desse produto, o Maranhão começou a apresentar alguma prosperidade, de tal forma que uma região pobre e inexpressiva se tornara uma das mais ricas e destacadas da província, atingindo, assim, o maior PIB per capita do Brasil.

O início do século XIX foi de uma situação econômica próspera, uma vez que produção de algodão tomou grandes proporções e atraiu a atenção dos ingleses para o Maranhão, fazendo com que eles estabelecessem em São Luís uma importante colônia dedicada ao comércio dessa mercadoria.

Como afirma Pereira Filho (2015), o comércio com a Europa contribuiu para assimilação de hábitos de consumo de artigos de luxo daquele continente, provocando uma reinversão da balança a favor dele. Além disso, um dos principais problemas é que havia alta concentração de renda e essa mesma renda não circulava, uma vez que não havia investimentos em indústrias e infraestrutura, em decorrência, inclusive, do Pacto Colonial. Esses fatores dificultavam enormemente o desenvolvimento socioeconômico da região. Contribuía para isso, também, o vazamento de excedente capturado pelo capital mercantil inglês, o que reduzia possibilidade de reinvestimento dos lucros na Colônia. Outro problema enfrentado pela economia do algodão é que ela tinha alicerces precários e sua força de trabalho era escravizada. O tráfico de escravizados veio a ser proibido em 1850, apontando, assim, que um colapso estava a caminho.

Na contramão, segundo Barbosa (2012), enquanto o Maranhão ainda dependia de mão de obra escravizada, o estado de São Paulo produzia café com mão de obra livre. Dessa forma, ao passo que São Paulo liderava o setor têxtil nacional e criava um mercado interno de bens e consumo com a mão de obra assalariada, o Maranhão se encontrava preso à produção escravista, com dificuldades em continuar a manutenção da mão de obra escravizada, uma vez que, devido a sua escassez, se tornara cada vez mais cara e incapaz de viabilizar a formação de um mercado interno assim como os paulistas.

Deste modo, estruturada na mão de obra escravizada e produzindo para a exportação, a economia maranhense tinha sua dinâmica determinada de fora para dentro, apontando a vulnerabilidade e a dependência do exterior, visto que as decisões sobre esta economia eram tomadas fora de sua área de influência, conforme aponta Tribuzi (1981), como, aliás, continua até hoje com a expansão das suas principais atividades já mencionadas.

Como consequência dessa dependência externa, segundo Rolim Filho (2016), sua economia sofria diretamente os impactos advindos de mudanças no cenário econômico internacional. Foi o caso, por exemplo, da retomada das negociações entre os EUA e a Inglaterra que resultou na perda progressiva do algodão maranhense no mercado europeu, até ficar completamente fora dele. Esta situação foi agravada com a proibição do tráfico de escravizados em 1850 e, por fim, com a libertação, em 1888, a qual fortaleceu o quadro de precariedade.

Ainda segundo Rolim Filho (2016), a queda do preço do algodão levou os grandes produtores a reorientar sua produção para o mercado interno. No ano de 1861 houve uma grande euforia devido ao contexto internacional e variáveis exógenas. Por outro lado, os fazendeiros utilizaram essa riqueza para “ostentar” com títulos de barões e embelezar seus casarões, gastos conspícuos que não contribuíam para a diversificação da base produtiva local.

A perda de valor da propriedade constante do escravizado, sem indenização do Estado, aliado a outros fatores, desestruturou a cadeia produtiva e implodiu a agricultura maranhense. Sem conseguir criar um mercado interno de consumo e de trabalho, a economia maranhense começou a regredir.

Em comparação com os cafeicultores paulistas que investiam em infraestrutura e indústrias, os fazendeiros maranhenses utilizavam os lucros recebidos para consumir produtos de luxo de forma ostentatória sem promover, portanto, o aprofundamento da divisão social do trabalho e diversificação produtiva necessárias para alavancar um processo de desenvolvimento econômico, como evidencia Tribuzi (2001).

O Maranhão exportava algodão para importar tecidos, o que dava uma clara ideia da baixa propensão à diversificação dos produtores de algodão. Os EUA, seu principal concorrente na exportação de algodão para a Inglaterra, investiam para aumentar a qualidade produtiva do algodão, enquanto o Maranhão produzia um algodão de menor qualidade, o que contribuiu para a péssima reputação do produto na província.

Após o colapso da economia algodoeira, houve a tentativa de garantir um crescimento de sua economia por meio de um novo produto, o açúcar, porém sem condições devido a problemas com infraestrutura que aumentava os custos com transportes e diminuía as margens de lucros.

### **1.3 Economia maranhense na transição do século XIX**

De acordo com Cunha (2015), no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Maranhão passou por um período de “ouro” em sua economia, visto que foi construído um parque industrial têxtil de maior estatura.

Segundo Viveiros (1954), após a libertação dos escravos sexagenários (escravos com 60 anos ou mais) em 1885, a quantidade de escravos no Maranhão reduziu de forma significativa, até que em 1888 com a abolição da escravatura, cerca de 30% das fazendas de algodão e 70% dos engenhos de cana encerram suas atividades. Com isso, as fazendas agrícolas foram desvalorizadas em 90%.

Assim, os antigos escravos, devido a dificuldades para encontrar um lugar para ficar com as suas famílias, permaneciam trabalhando com seus antigos patrões com mão de obra “livre” tanto nas lavouras e engenhos como nas casas comerciais e, em seguida, nas fábricas de fios e tecidos (ROLIM FILHO, 2016).

De acordo com Moreira (2021), os produtores de algodão, verificando a disponibilidade do estoque de matéria-prima algodoeira, juntamente com investidores, uniram seus capitais, grande parte por meio de sociedades anônimas, fundando as primeiras indústrias ainda no século XIX.

Dessa forma, tinha-se o intuito de aproveitar a produção local de algodão para transformar o Maranhão agrícola em industrial. Nesse período, foram fundadas fábricas de tecidos como a “Companhia Industrial Caxiense”, “Companhia Fabril Maranhense”, a “Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil”, a “Progresso de São Luiz”, “Companhia Manufatureira Agrícola do Maranhão” (fundada em Codó) entre outras (CAMPOS, 2008).

Segundo Rangel (2008), o que se pode observar foi um “desenvolvimento singular da indústria da transformação, uma vez que o estado ocupava a segunda posição de parque industrial brasileiro, com 17 fábricas, ficando atrás apenas de Minas Gerais com 37 fábricas” (RANGEL, 2008). Entre as 17 fábricas, havia 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 1 de sabão, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo, 1 de calçados, 10 indústrias de fiação e tecidos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo entre outras, além de quase 3 mil operários (ROLIM FILHO, 2019)

Diante disso, essa fase foi nomeada por Viveiros (1954) como “loucura industrial”, pois o Maranhão viu surgir no final do século XIX e início do século XX, uma realidade com estruturas econômicas distintas: de um estado agroexportador dependente de mão de obra escrava para um estado, então, industrial.

No entanto, apesar da euforia, logo percebeu-se que se tratava de um sonho com bases fracas. Estas fábricas não conseguiram competir com o parque industrial da região sul do país

devido a algumas condições específicas dos maranhenses como, por exemplo, falta de estradas, elevadas tarifas alfandegárias, custos de fretes e carências de crédito.

Além disso, segundo com Rolim Filho (2016), a retração dos compradores e a diminuição dos negócios atrelados a superprodução de algodão e tecido levaram à derrocada da indústria maranhense que se iniciou em 1880 e terminou ainda no início da segunda década do século XX.

As poucas indústrias que restaram no século XX, devido à queda de qualidade da produção algodoeira e, principalmente, à eficiência tecnológica e econômica das máquinas industriais, foram se decompondo.

Dessa forma, a formação do parque industrial maranhense desempenhou um papel importante na economia do estado, visto que o Maranhão teve uma atividade agroexportadora como eixo central na indústria. Por outro lado, fatores externos e internos interferiram no seu avanço, ocasionando a sua decadência.

#### **1.4 Ciclo econômico do Babaçu (XX)**

Com o intuito da retomada da economia maranhense, o coco babaçu foi responsável por reconduzir o crescimento econômico, além de se tornar substituto do algodão como produto de exportação. O babaçu é uma cultura que teve início muito antes da colonização do estado, visto que os indígenas já aproveitavam as folhas das palmeiras do babaçu para coberturas de casas, confecção de esteiras, as quais serviam de tapetes para fechamento de janelas, portas e cofos para transportar e guardar alimentos. Contudo, de acordo com Azevedo (2013), foram os escravizados que começaram a extração das amêndoas para a fabricação de óleos, pois traziam da África o conhecimento de extração de óleos vegetais.

Logo, a produção do babaçu, assim como o ciclo do algodão, foi criada sob um firme regime de concentração de renda, utilização de escravizados, meeiros e arrendatários. Segundo Azevedo (2003), nos séculos XVII, XVIII e XIX o estado já era produtor de babaçu, apesar da baixa produtividade, no entanto a partir do século XX o Maranhão tornou-se um grande centro produtor do babaçu para mercados externos, permanecendo por décadas como produto de maior peso nas exportações maranhenses.

Deste modo, a extração do babaçu era realizada através de um processo manual e artesanal, por meio de quebradeiras de coco que faziam sua coleta entre as matas de cocais, ou seja, uma cadeia produtiva de baixa capacitação e não intensiva em capital, evidenciando que essa atividade econômica não contribuiria de maneira significativa para o desenvolvimento do

estado. Além disso, por mais que houvesse um mercado que demandasse esse produto, devido a sua produção ser realizada de maneira manual, não seria possível crescer a ritmos necessários para suprir essa capacidade.

Segundo Barbieri (2004), em 1922, foi realizada efetivamente a primeira exportação de amêndoas para a Alemanha. O óleo do coco extraído da amêndoa do babaçu era utilizado para lubrificação de máquinas de guerras, podendo ser empregado como matéria-prima para a produção de combustíveis, sabão, explosivos e até mesmo vidros blindados.

Novamente a economia maranhense voltou-se para o ciclo externo em um acordo com os EUA, que se comprometeram a adquirir integralmente a produção brasileira. Contudo, a cadeia produtiva do coco babaçu era artesanal e extrativa, não conseguindo crescer a ritmos necessários para suprir a demanda internacional, sendo a oferta restrita à capacidade da própria natureza à extração.

Em anos mais recentes, a produção do babaçu tem sido revalorizada apontando a importância econômica para o estado. A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) criaram programas de investimento nos babaçuais, concedendo linhas especiais de créditos para a implantação de grandes projetos agropecuários. Atualmente, empresas como a Pacific Sensuals garantem a compra de sabonetes produzidos pelas comunidades locais, além de garantirem, também, a aquisição de grande parte do óleo que é extraído do babaçu (AZEVEDO, 2003).

Segundo Moreira (2013), com base no GRUPO PENSA (2000), o auge da economia babaçueira se deu nos períodos entre 1960 e 1980. Nesse período a produção de óleo babaçu era o principal item de exportação do Maranhão, tendo 52 empresas de médio e grande porte no estado produzindo o óleo bruto e refinado para o abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza no país e no exterior. Além disso, a comercialização das amêndoas do babaçu constitui-se em uma fonte de complementação de renda para as populações rurais do Estado do Maranhão.

Inicialmente, a produção cresce modestamente por conta da restrição dos mercados externo e interno, mas, no 2º pós-guerra, com a instalação da indústria de beneficiamento no Maranhão e em áreas mais próximas (Piauí e Ceará), a expansão se intensifica consideravelmente, até os anos 70. O volume da oferta de babaçu entre 1960 e 1990 cresce a taxas modestas, mas entre 1960 e 1970 houve um acréscimo de 8%, e, entre 1970 e 1975, de 5%. Entre 1980 e 1990, houve uma queda de 23%. O ano de melhor performance foi 1980, com 171.973 toneladas. Deste ano em diante, há um recuo acentuado, por exemplo, em 1992, a produção era de apenas 102.160 toneladas, menor do que a de 1960, conforme Censo da Produção do Extrativismo Vegetal e da Silvicultura realizado pela Fundação IBGE (MESQUITA, 1998, p. 4).

De acordo com o DESER (2007), a quebra do coco babaçu é um trabalho árduo realizado por aproximadamente 300 mil mulheres que obtêm fonte de renda principal ou complementar. Vale ressaltar que as quebradeiras de coco realizam uma atividade informal e bastante pulverizada. Segundo Moreira (2013), no Maranhão 22% das famílias que trabalham com o babaçu dependem exclusivamente da atividade. Das demais, em 16% das famílias, o babaçu contribui com 70% da renda familiar, em 29% com 50% da renda e em 33% com até 30% da renda.

Em termos de valor de produção, até 2011, o coco babaçu era considerado o segundo produto florestal não madeiro no país. A partir de 2012, o valor gerado por outros produtos (castanha-do-pará, erva-mate e carnaúba) passa a superar o do babaçu (PORRO, 2019).

Dentre os estados com maior participação na produção do babaçu, estão os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. De acordo com Silva (2008), a produção de babaçu do Maranhão corresponde a 80% da produção nacional, sendo, portanto, o maior produtor de amêndoas do país.

**Tabela 1** - Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal por tipo de produto extrativo: babaçu (amêndoa)

| Ano         | Maranhão   |   | Piauí  |   | Tocantins  |   |
|-------------|--|---|--|---|--|---|
|             | Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas) | Valor da produção na extração vegetal (x Mil Reais) | Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas) | Valor da produção na extração vegetal (x Mil Reais) | Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas) | Valor da produção na extração vegetal (x Mil Reais) |
| <b>2015</b> | 73.640   | 99.655  | 3.604  | 7.166   | 234  | 274   |
| <b>2016</b> | 57.400   | 84.762  | 3.500  | 10.085  | 257  | 341   |
| <b>2017</b> | 50.476   | 85.293  | 3.366  | 9.307   | 304  | 855   |
| <b>2018</b> | 47.122   | 83.174  | 3.035  | 7.395   | 412  | 1.167   |
| <b>2019</b> | 45.166   | 80.713  | 2.910  | 7.055   | 411  | 1.166   |
| <b>2020</b> | 44.242   | 82.799  | 2.794  | 6.956   | 390  | 1.104   |

Fonte: IBGE (2022)

Em síntese, em 2015 o valor da produção do coco babaçu chegou a quase R\$100 milhões, entretanto, como pode ser visto, a quantidade produzida tem diminuído a cada ano, fazendo com que perdesse a posição para outros tipos de produtos. No entanto, em comparação com os estados do Piauí e Tocantins, a produção de babaçu do Maranhão é bem expressiva mesmo com a queda de 40% da sua produção entre os períodos de 2015 a 2020, mas mantendo-se, ainda, na posição de maior produtor de babaçu nacional.

Dessa maneira, como pode ser visto, ao longo dos anos, há redução significativa na produção de babaçu, que no seu o auge do ciclo do babaçu atingiu a produção de 130 mil toneladas de amêndoas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. No entanto, segundo Ferreira (2011), os anos 80 foram marcados pela competição com a produção de soja, que, em conjunto com a capacidade produtiva limitada do babaçu, levaram a redução da participação do babaçu na economia maranhense.

### **1.5 Ciclo Econômico da Soja (Século XX - XXI)**

De acordo com Rolim Filho (2016), com o declínio da economia do babaçu, a partir dos anos 1980, o plantio de soja foi responsável por apontar o agronegócio com perspectiva para o crescimento econômico.

O plantio de soja teve início no Maranhão em 1978, no sul do estado, no município de Balsas, que se tornou um grande polo agrícola. Além disso, uma das características da sua expansão é o fato de seu plantio não estar limitado aos cursos de rios, facilitando a proximidade de rodovias e ferrovias (DORNER, OLIVEIRA, SCHNEIDER, 2019).

Outro fator que facilitou a expansão do plantio de soja foi a inauguração da Ferrovia Norte Sul em 1989 ligando a cidade de Imperatriz à estrada de Ferro Carajás. À época, a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, procurou parceria com a EMBRAPA, o Banco do Brasil e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, visando possibilitar o retorno do crédito agrícola de investimento e custeio de safra e a comercialização da soja aos preços do mercado internacional. Ademais, a companhia Vale do Rio Doce realizou investimentos em linhas ferroviárias, vagões locomotivos, sistemas de transbordo de caminhões, balanças, moendas para descarga, silo de armazenamento de grãos e estrutura para embarque. Assim, segundo Azevedo (2003), foi possível a expansão dessa atividade agrícola.

De acordo com Ferreira (2004), o Maranhão, apesar de uma participação tímida, passou a exportar soja para o mercado internacional. Nesse período, o Estado exportou 9.989 toneladas totalizando US\$ 2,13 milhões, correspondendo a 0,5% das exportações maranhenses. Já em 1993, o valor exportado foi de US\$ 16,4 milhões, representando 3,5 das exportações totais. Em 2001, as exportações de soja passaram a representar 13,7% das exportações totais do Estado.

Deste modo, com o crescimento da demanda mundial da soja, o estado vem aumentando sua produção. Conforme tabela abaixo, a partir dos anos de 1992, a produção de

soja tem se expandido, havendo uma variação positiva expressiva nos períodos de 1992 a 2000. Além disso, o Maranhão ocupa a segunda posição de maior produtor de soja do Nordeste, ficando atrás do estado do Bahia. Ademais, a produção de soja maranhense corresponde a 24% da produção da região nordestina. Outro ponto importante é com relação a participação da produção de soja na produção nacional: enquanto em 1992 equivalia 0,1%, em 2010, essa porcentagem aumentou para 1,9%.

**Tabela 2** - Produção de Soja (tonelada)

| <b>Unidades da Federação</b> | <b>1992</b> | <b>1995</b> | <b>2000</b> | <b>2010</b> | <b>2020</b> |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Piauí</b>                 | 719         | 20.199      | 100.963     | 868.493     | 2.447.620   |
| <b>Tocantins</b>             | 11.255      | 36.471      | 144.362     | 991.326     | 3.004.239   |
| <b>Maranhão</b>              | 24.029      | 162.375     | 454.781     | 1.322.363   | 3.056.550   |
| <b>Bahia</b>                 | 480.000     | 1.072.911   | 1.508.115   | 3.112.929   | 6.078.010   |
| <b>Nordeste</b>              | 504.748     | 1.255.571   | 2.063.859   | 5.307.202   | 11.588.170  |
| <b>Brasil</b>                | 19.214.705  | 25.682.637  | 32.820.826  | 68.756.343  | 121.797.712 |

Fonte: SIDRA (2021)

Ademais, nas últimas décadas a produção de soja tem se concentrado nas divisas da região norte e nordeste, mais precisamente na fronteira dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, o que levou à criação do acrônimo MAPITOBA (Rocha, 2014).

De acordo Araújo (2018), a região MAPITOBA é considerada como uma grande fronteira para o investimento do agronegócio, com isso, foram realizados diversos incentivos econômicos para a produção agrícola das regiões Centro-Oeste e Nordeste, como, por exemplo, o Plano Agrícola e Pecuário 2016 – 2017. No Maranhão, os incentivos realizados foram a melhoria da infraestrutura de rodoviárias do estado, os incentivos creditícios, além da transformação da estrutura agrária tradicional de subsistência, em uma estrutura agrária tecnificada.

Observa-se, assim, o crescimento percentual da produção de soja no Maranhão acima do verificado no Nordeste e no Brasil, evidenciando a expansão da produtividade do estado.

Atualmente, a produção de soja (2019) é concentrada no sul do estado e tem como principal produtora a cidade de Balsas conforme tabela abaixo:

**Tabela 3** - Dez maiores produtores de soja do MA em 2019

| <b>Cidade</b>                | <b>Produção (t)</b> | <b>R\$ (x)100</b> |
|------------------------------|---------------------|-------------------|
| Balsas                       | 619.997             | 678.636           |
| Tasso Fragoso                | 596.438             | 666.907           |
| Alto Parnaíba                | 162.135             | 176.014           |
| Sambaíba                     | 143.656             | 154.452           |
| Riachão                      | 129.270             | 143.619           |
| Loreto                       | 94.081              | 101.349           |
| Carolina                     | 71.856              | 75.675            |
| São Raimundo das Mangabeiras | 47.922              | 51.794            |
| Brejo                        | 42.182              | 38.386            |
| São Domingos do Azeitão      | 40.071              | 38.386            |
| <b>MA</b>                    | <b>2.850.084</b>    | <b>3.068.163</b>  |

Fonte: IBGE (2021)

A tabela acima aponta os dez maiores produtores de soja no Maranhão. Apesar de a cidade de Balsas ser a maior produtora de soja, é importante destacar a eficiência da produção de soja da cidade de Tasso Fragoso. As dez cidades acima são responsáveis por quase toda produção de soja no estado e apresentam níveis de produtividades competitivas e eficientes com relação a toneladas produzidas por hectares.

Dessa forma, o que favorece a produção de soja no sul do Maranhão são as boas condições topográficas, abundância do calcário e o clima, condições semelhantes ao dos produtores da região Centro-Oeste. Além disso o fato de existir a estrada de Ferro Carajás e as condições portuárias favoráveis beneficiam esse importante polo agrícola que conseguiu expandir seus mercados.

Em termos de exportação, a China é o maior comprador de soja maranhense, conforme tabela abaixo com os maiores compradores de soja maranhense:

**Tabela 4** - Dez maiores compradores de soja do Maranhão em 2019

| <b>Países</b>  | <b>Valor FOB (US\$)</b> | <b>Quilograma Líquido</b> | <b>Valor Acumulativo</b> |
|----------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| China          | \$ 612.861.670          | 1.746.620.610             | 76,1%                    |
| Espanha        | \$ 54.309.427           | 160.021.660               | 6,7%                     |
| Tailândia      | \$ 44.067.172           | 123.635.910               | 5,5%                     |
| Reino Unido    | \$ 22.713.838           | 67.635.601                | 2,8%                     |
| Arábia Saudita | \$ 14.836.059           | 44.653.248                | 1,8%                     |
| Irã            | \$ 13.710.244           | 37.953.68                 | 1,7%                     |

|               |               |            |      |
|---------------|---------------|------------|------|
| Vietnã        | \$ 12.063.890 | 34.422.994 | 1,5% |
| Japão         | \$ 9.642.817  | 28.326.747 | 1,2% |
| Países Baixos | \$ 6.785.896  | 19.454.450 | 0,8% |
| Portugal      | \$ 5.745.507  | 17.792.533 | 0,7% |
| Israel        | \$ 4.750.344  | 13.975.709 | 0,6% |
| Turquia       | \$ 4.105.429  | 11.852.393 | 0,5% |

**Fonte:** Lago (2020)

A China é responsável pela compra de 76% da soja maranhense exportada, gerando um valor de US\$ 612.861,70 na balança comercial do estado. A Espanha ocupa a segunda posição representando quase 7% de participação entre os dez maiores compradores de soja produzidas pelo Estado.

De acordo com Lago (2020), a soja correspondeu a 23% das exportações totais do estado em 2019, tendo importância significativa para a balança comercial maranhense e gerando mais de 800 milhões de dólares para a economia local.

Assim, como pode ser observado, esse produto possui expressiva importância sobre as exportações realizadas pelo estado para o mercado internacional. Além disso, apesar de um início inexpressivo, atualmente a produção de soja vem se expandindo ao longo dos anos e aumentando sua participação na produção nacional.

## **CAPÍTULO 2: TRANSFORMAÇÕES E ESTRUTURA PRODUTIVA MARANHENSE.**

A estrutura produtiva do Maranhão, segundo Rolim Filho (2016), a partir de 1970 passou por uma importante transformação, visto que o estado incorporou a sua economia, grandes projetos desenhados por meio do modelo de desenvolvimento do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e da criação da SUDAM e SUDENE.

De acordo com Paula (2008), para a incorporação dos grandes projetos, foram realizados grandes aportes de investimentos públicos a grandes empresas comerciais e agropecuárias com o objetivo de modernizá-las tecnologicamente e de gerar demandas de insumos.

Além disso, esses investimentos foram importantes para que as regiões Norte e Nordeste recebessem grandes projetos industriais voltados para exploração, produção e exportação de ferro, aço, celulose e alumínio (BARBOSA, 2012).

Diante disso, conforme Leão (2018), a economia maranhense nas últimas duas décadas do século XXI, apresentou expressiva evolução, uma vez que o PIB e o PIB per capita têm crescido acima da média nacional e do Nordeste, fazendo com que as desigualdades inter-regionais sejam reduzidas.

Leão (2018) aponta que os fatores que mais contribuíram para tais mudanças foram, em especial, o crescimento do agronegócio, com maior peso no complexo de soja e as indústrias de transformação, com destaque para a metalurgia, papel e celulose e extrativa mineral. Ademais, ocorreram importantes transformações no Maranhão, seja na distribuição territorial, seja nas relações de trabalho e, principalmente, na estrutura produtiva do estado.

Em termos gerais, o estado do Maranhão é composto por 217 municípios, possuindo uma área de 329.651.495 km<sup>2</sup> - o que representa 3,9% do território brasileiro e 21,3% da

região Nordeste, sendo, portanto, o segundo maior estado do Nordeste em extensão territorial (IBGE, 2019). Além disso, segundo os dados do IBGE em 2021, a população maranhense estimada é de 7.153.262 pessoas, correspondendo a 3,5% da população brasileira e 12,7% da população nordestina.

Tendo como principal centro econômico a capital São Luís, o Maranhão possui alguns municípios de médio porte localizados no interior do estado, os quais são interligados por uma vasta malha de estradas e ferrovias. Imperatriz é a segunda cidade mais populosa, além disso, um grande centro urbano e entroncamento rodoviário que cresceu com o movimento de produtos entre a região norte e outras regiões do país, contando com indústrias e serviços. Algumas também localizadas no interior como Açailândia, Caxias e Bacabal também se destacam em comércio e serviços de manutenção e reparação. Além disso, a cidade de Balsas é um importante centro agropecuário de produção e comercialização de grãos, segundo Leão e Junior (2018).

Outro fator importante é a boa localização do estado, primeiramente por ser porta de acesso da região Norte, integrando-se à fronteira agrícola do Centro-Oeste; pelo fato de estar inserido na área de influência do eixo Araguaia-Tocantins e, por último, por estar relativamente mais próximo dos mercados norte-americanos e europeus que os demais estados brasileiros, dando destaque ao porto de Itaqui na capital São Luís (SEADE, 2004).

Dessa maneira, este capítulo tem como objetivo discutir as principais atividades econômicas do estado no século XXI e apresentar indicadores que evidencie o estágio econômico e social do estado.

## **2.1 O Maranhão no ciclo nacional-desenvolvimentista**

De acordo com Paula e Mesquita (2008), a dinâmica socioeconômica do Maranhão nas últimas quatro décadas do século XX foi um reflexo da ação do Estado brasileiro sob diferentes aspectos, visto que as políticas de desenvolvimento regional e setorial teve como intuito garantir o processo de reprodução ampliada do capital por meio de um conjunto de instrumentos de ordem fiscal e creditício com o objetivo de criar uma demanda, através do gasto público, estruturar a oferta, com foco nas atividades ou locais específicos de inversão.

No período de 1930 a 1960, o Estado brasileiro foi um fator de desenvolvimento econômico e social, com altas taxas de crescimento econômico. O Brasil alterou sua estrutura econômica por meio do pensamento desenvolvimentista, saindo de uma base agrário-exportadora para uma base urbano-industrial (FONSECA ET AL., 2015).

Segundo Gonçalves (2018), as indústrias eram concentradas na região Sudeste do país e esse fenômeno foi um entrave para o desenvolvimento da região Nordeste, pois havia um maior fluxo de capitais para o eixo Rio-São Paulo, o que foi um dos principais fatores das desigualdades econômicas e sociais.

A partir dos anos 70, com o avanço das reformas neoliberais orientado para o mercado e Estado mínimo, instalou-se no Brasil uma crise econômica. Na década de 1980, as reformas institucionais neoliberais levaram o Brasil ao auge da crise da dívida com altas taxas de inflação. Por outro lado, conforme Rolim Filho (2016), enquanto o Brasil na década de 80 enfrentava uma das maiores crises da sua história, no Maranhão ocorre um processo de transformação socioeconômica, uma vez que sua economia extrativa e semifeudal é ocupada por grandes projetos industriais.

Assim, a partir da década de 1970, o Maranhão integra-se à economia nacional por meio da implantação do II PND (Governo Geisel, 1974-1978), no qual ocorreu a instalação de grandes projetos industriais no estado, com o Distrito Industrial, em São Luís, grandes projetos de metalurgia e minérios como a Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), o Projeto Grande Carajás em 1980, o Projeto Ferro Carajás, instalação das usinas siderúrgicas Companhia do Vale do Pindaré, MARGUSA, METALMAN e o Porto do Itaqui em 1966 (AZEVEDO, 2003).

No que diz respeito à produção de alumínio no Maranhão, a Alumar - que se originou de uma associação entre a ALCOA alumínio S/A e a Billington Metais S/A-, uma empresa subsidiária da Alcoa norte americana, consolidou-se como dominante nesse segmento industrial, visto que sua função é a transformação de bauxita do Pará em alumina e alumínio. Grande parte da produção de alumínio é voltada para o mercado externo, cerca de 80%. Ainda segundo Azevedo (2003), o restante da produção é comercializado internamente por empresas do mesmo grupo para a produção de bens intermediários e finais nos estados do Pernambuco e São Paulo. Além disso, é importante destacar que essa produção é uma das principais contribuintes para o ICMS no Maranhão, além de participar significativamente da formação do PIB maranhense.

O projeto Grande Carajás lançado pelo governo federal em 1980 sob comando da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) tinha como objetivo realizar a exploração e o transporte através de ferrovias até o porto de Itaqui, dos recursos minerais como minério de ferro, ouro, estanho e bauxita descoberto na serra dos Carajás. Além disso, esse projeto surgiu em um cenário de grande atuação de empresas transnacionais. Assim, esse programa buscava uma maneira para extrair as riquezas dessa região proporcionando a geração de emprego e

renda, além da geração de divisas no mercado externo (ROLIM FILHO, 2016).

Ademais, o Programa Grande Carajás (PGC) se concentrou no eixo do complexo minero-metalúrgico, sendo que a Vale do Rio Doce desempenhou um papel importante ao implantar a infraestrutura para exploração e exportação de minério de ferro. O complexo minero-metalúrgico abrange a região oeste – Açailândia, Imperatriz e Santa Inês. As indústrias de alumínio, de minério de ferro e de petróleo situam-se na região norte, em torno de São Luís. Outro exemplo é o projeto CELMAR (Indústria de Celulose e Papel), que tem a CVRD como sócia, e vai produzir celulose em Imperatriz. Além do projeto da Alumar, que possui uma representação importante (ROLIM FILHO, 2016).

Segundo Azevedo (2003), outro projeto que desempenhou um papel importante na economia do Maranhão foi o projeto ferro Carajás, o qual foi responsável por tornar o Maranhão um pólo competitivo para o escoamento da produção de todo o país através do Porto de Itaqui. Além disso, foram realizadas importantes obras de infraestrutura rodoviária entre São Luís e Teresina, e ferroviárias, como a ferrovia Carajás. Essas obras acabaram contribuindo para a instalação de vários projetos industriais, incluindo usinas siderúrgicas, como a Companhia do Vale do Pindaré e Margusa Metalman. Tudo isso contribuiu para que a região acabasse se tornando um corredor de exportação.

De acordo com Barbosa (2012), o Porto de Itaqui é o elo entre o Maranhão e o mercado internacional, pois sua proximidade com o hemisfério norte colabora para uma redução de dez dias de viagem à Europa e aos Estados Unidos quando comparados com os portos do Sul, além de ser responsável pelo escoamento da produção de Tocantins, Bahia e Piauí e dispor de uma carteira de exportação composta por soja, ferro gusa, combustíveis, grãos, entre outros.

Com relação às exportações do Maranhão, enquanto em 1980 representavam apenas 0,51% do total regional, em 1989 esse número passa para a cifra de 15,96%, evidenciando uma grande evolução do estado, não alcançado por qualquer outra unidade da federação. De uma forma geral as exportações do Maranhão estão atreladas fortemente ao comportamento do complexo minero-metalúrgico associado ao desdobramento do Programa Grande Carajás. Um exemplo disso é a produção de alumínio da empresa Alumar, a qual chegou a representar cerca de 80% das exportações totais em 1989 e passou a representar, em 2001, 48% das exportações totais do estado. Além disso, como resultado da implantação de inúmeras usinas de ferro gusa ao longo da extensão da Estrada de Ferro Carajás, as exportações desse item saltaram de 1,77% para 24% entre os períodos de 1989 a 2001. Além disso, a partir dos anos 2000, a composição das exportações muda e o estado deixa de ser exportador de um único

produto (LEÃO. JÚNIOR, 2018).

Dessa forma, segundo Holanda e Paula (2011), os novos investimentos no estado do Maranhão estão ligados a três setores: o agronegócio na região sul — Balsas e Riachão, indústrias de alumínio, minério de ferro e de petróleo (na região norte, em torno de São Luís e o complexo minero-metalúrgico (na região oeste — Açailândia, Imperatriz e Santa Inês).

## 2.2 Heterogeneidade, diversificação e os vetores de crescimento do Maranhão no século XXI

De acordo com Santos (2019), Furtado por meio de seus estudos na qual analisava a relação entre os países e as dinâmicas internas, identificou as grandes disparidades regionais que tinham como aspectos centrais, o modos de produção não capitalistas, estruturas institucionais frágeis, falta de instrução, pouca inovação nas periferias contra estruturas modernas e voltadas para o capitalismo industrial nos centros. Para representar essa desigualdade, ele utilizou a expressão heterogeneidade estrutural.

As teorias de desenvolvimento regional mostram que em uma região as atividades econômicas desenvolvem-se de forma desigual devido a diferentes estruturas produtivas e disponibilidades de recursos, independentemente de políticas. Desse modo, é necessária uma estratégia de desenvolvimento que busque reduzir as desigualdades territoriais e que estimulem as atividades econômicas de uma região. Para isso, é de suma importância conhecer as características da região, de sua estrutura produtiva, das tendências evolutivas e de suas especialidades (MATTEI e MATTEI, 2017).

Além disso, segundo Paula (2008), a partir dos anos 2000, verificou-se uma forte aceleração nas taxas de crescimento econômico do Estado do Maranhão quando comparado às décadas anteriores, conforme pode ser observado na tabela 5 abaixo, que mostra os dados de evolução do PIB a preços constantes.

**Tabela 5** - Crescimento do PIB a preços constantes R\$ (mil)

| <b>Período</b> | <b>Brasil</b> | <b>Nordeste</b> | <b>Maranhão</b> |
|----------------|---------------|-----------------|-----------------|
| <b>1970</b>    | 759.478.475   | 68.586.511      | 7.696.328       |
| <b>1980</b>    | 1.745.658.378 | 158.844.195     | 18.150.538      |
| <b>1990</b>    | 2.041.444.817 | 242.161.485     | 22.660.644      |
| <b>2000</b>    | 2.643.750.064 | 344.076.416     | 27.738.099      |
| <b>2010</b>    | 3.302.840.000 | 458.356.691     | 41.111.064      |
| <b>2017</b>    | 3.470.571.534 | 513.802.586     | 48.482.533      |

Fonte: IBGE (2021)

Com a crise financeira de 2008 e das commodities em 2011 o cenário para a economia estadual foi prejudicado. As taxas de crescimento começaram a diminuir, excetuando as da atividade agrícola. Os preços das commodities começaram a cair substancialmente, sem reduções nos seus custos de produção, reduzindo os lucros das empresas e, conseqüentemente, suas taxas de investimentos no Estado (DINIZ, 2017).

Já as importações maranhenses, por intermédio do Complexo Portuário de São Luís, cresceram significativamente, puxadas pelo aquecimento da economia nacional, ampliando, dessa forma, a capacidade do Maranhão de se tornar um hub de importações de Combustíveis e Lubrificantes para atender à crescente demanda nacional. O principal Porto do Maranhão também expandiu as aquisições de fertilizantes e outros insumos. Estas expansões, ao contrário das exportações, ampliaram significativamente a arrecadação de ICMS, aumentando o poder de ação do estado (GONÇALVES, 2018).

No mesmo período, ocorreu forte impulso ao consumo no Maranhão, gerado pelas intensas políticas sociais advindas da União. O Programa Bolsa Família reduziu o contingente de extremamente pobres e possibilitou ampliação do consumo para além da margem de subsistência (PAULA, 2008).

Outro setor que obteve uma elevada taxa de ganho foi o segmento da mineração que contribuiu para que o estado representasse uma grande oportunidade para os investidores, assim também como o segmento do agronegócio, das indústrias de base florestal, metalúrgica, siderúrgica, petróleo, gás, energia, cimento, logística, serviços, etc. Além da sua própria localização estratégica no mercado internacional, como a sua estrutura portuária, o Porto de Itaqui, que possui um dos principais canais de escoamento da sua produção para o mercado europeu, chinês, norte-americano, conforme dados divulgados pelo próprio governo do estado.

A riqueza ambiental do território Maranhense somada a sua diversidade de biomas estão sendo aproveitadas de maneira eficaz, como a exploração dos recursos animal, vegetal e mineral. Na pecuária, destaca-se a riqueza ambiental do território maranhense somada à criação de suínos, de aves (principalmente galinhas), caprinos, ovinos, e também de bubalinos, equinos, muares e asininos, os quais têm contribuído para o crescimento da economia do estado e para a titulação do décimo segundo maior produtor pecuário nacional e o segundo a nível Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia.

Segundo Diniz (2017), o fracasso das políticas neoliberais foi um impulso para renascer o “novo desenvolvimentismo”, mas agora como uma estratégia nacional de

desenvolvimento, reforçando a ideia de Estado-nação. A estratégia central do “novo desenvolvimentismo” é possibilitar aos países em desenvolvimento exportarem manufaturados ou produtos primários com alto valor agregado. Para tanto deverá se manter a estabilidade macroeconômica, ter uma política industrial e promover investimentos e inovação. No campo social, deve-se reduzir a concentração de renda e consumo, gerando um mercado interno forte com maior equidade de consumo e renda gerando um mercado interno forte com maior equidade de consumo e renda.

Baseado no “novo-desenvolvimentista”, a redução das desigualdades, sobretudo da pobreza, é um fator importante, defendida também por Furtado (2010), pois possibilita o crescimento econômico com maior justiça social. No caso do Maranhão observam-se poucos efeitos desencadeadores em função da redução das desigualdades.

A crise financeira e econômica internacional iniciada em 2008 influenciou negativamente não apenas as principais economias desenvolvidas, mas também os países em desenvolvimento, como o Brasil, cujos desdobramentos prolongaram-se na recessão econômica em 2015 e 2016. A tabela 6 apresenta a comparação da taxa de crescimento anual do PIB brasileiro antes e pós-crise. Observa-se que no período 2002-2008, a taxa de crescimento média anual do PIB brasileiro foi de 4,2%, enquanto no período 2009-2015, o índice de variação foi 2,1%, abrangendo o período em que a crise financeira e econômica internacional repercutiu fortemente no País (IBGE, 2018).

Em relação ao Maranhão, no período entre 2002-2008, a economia do estado (+5,6%) apresentou o segundo maior crescimento real do PIB entre os estados do Nordeste e o oitavo maior do país, de acordo com os dados na tabela (IBGE, 2018).

**Tabela 6** – Taxa de Crescimento (%) do PIB – Brasil, Nordeste e estados selecionados – 2002 a 2008 e 2009 a 2015.

| <b>Taxa de crescimento anual</b> |                    |  |                    |  |
|----------------------------------|--------------------|--|--------------------|--|
| <b>Estados</b>                   | <b>2002 - 2008</b> |  | <b>2009 - 2015</b> |  |
|                                  | <b>%</b>           | <b>Posição entre as unidades Federativas</b> | <b>%</b>           | <b>Posição entre as unidades Federativas</b> |
| <b>Paraíba</b>                   | 4,3                | 19°  | 4,3                | 4°   |
| <b>Maranhão</b>                  | 5,6                | 8°   | 4                  | 6°   |
| <b>Piauí</b>                     | 5,7                | 6°   | 3,7                | 10°  |
| <b>Ceará</b>                     | 46                 | 14°  | 3                  | 15°  |
| <b>Pernambuco</b>                | 3,6                | 24°  | 21                 | 16°  |
| <b>Alagoas</b>                   | 3,9                | 21°  | 23                 | 18°  |

|                            |     |     |     |     |
|----------------------------|-----|-----|-----|-----|
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 3,2 | 25° | 2,3 | 19° |
| <b>Bahia</b>               | 4,8 | 13° | 1,8 | 23° |
| <b>Sergipe</b>             | 4,4 | 17° | 1,7 | 24° |
| <b>Nordeste</b>            | 4,4 | -   | 2,7 | -   |
| <b>BRASIL</b>              | 42  | -   | 2,2 | -   |

Fonte: IBGE (2018)

Em 2008 o PIB do Maranhão cresceu 5,0%, abaixo da média do Nordeste (5,4%) e do Brasil (5,1%). No ano seguinte, em 2009, os efeitos da crise financeira internacional afetaram a economia maranhense, pois esta cresceu 0,6% em relação ao ano anterior. Porém, o PIB do estado registrou forte recuperação em 2010, com crescimento de 8,2%, enquanto Brasil e Nordeste registraram expansão do PIB de 7,5% e 6,6%, respectivamente, no mesmo ano. No período 2009-2015, contudo, a economia maranhense apresentou crescimento de 4,0% e permaneceu com o segundo maior crescimento entre os estados da região e a sexta posição no ranking entre os estados do País (IBGE, 2018).

Em 2017, a soma de todas as riquezas produzidas no Maranhão atingiu o valor de R\$ 89,524 bilhões, sendo que o valor do PIB foi de R\$ 85,286 bilhões em 2016. A variação do volume do PIB do Maranhão no período de 2016-2017 em comparação com o resultado nacional foi positivo (+5,3), enquanto a participação percentual do estado na composição nacional foi de 1,4% (IBGE, 2018).

O PIB per capita maranhense foi de R\$ 12.788,75 no ano de 2017 – em 2016, foi de R\$ 12.264,28, representando um acréscimo nominal per capita de R\$ 524,47 no último ano. Comparando o ranking do PIB per capita dos Estados, verifica-se que o Maranhão apresentou o menor resultado (27° posição). O PIB per capita do Nordeste e do Brasil foram de R\$ 16.648,80 e R\$ 31.702,25, respectivamente (IBGE, 2018).

Em 2015, em relação à divisão municipal, dez cidades maranhenses concentravam 57,4% do PIB estadual. Além disso, os estados abrigavam cerca de 31% da população total, de acordo com dados da Tabela 7. Entre os dez municípios com maiores PIB, São Luís apresentou a maior participação, 34,19% do PIB do Maranhão, com destaque para Serviços (R\$ 6,1 bilhões) e Indústria (R\$ 15,4 bilhões), 31,8% e 44,5% do VAB de Serviços e da Indústria do Maranhão, respectivamente (IBGE, 2018).

**Tabela 7 – PIB per capita e população em 2015 – Maranhão e ranking dos municípios com os dez maiores e menores PIB do estado**

| <b>Ranking</b>            | <b>Município</b>          | <b>PIB a preços correntes</b> | <b>% PIB Maranhão</b> | <b>População</b> | <b>% População</b> | <b>PIB per capita</b> |
|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|-----------------------|------------------|--------------------|-----------------------|
| 1°                        | São Luís                  | 26.832.481                    | 34,19                 | 1.073.893        | 15,6               | 24.986,18             |
| 2°                        | Imperatriz                | 5.964.890                     | 7,60                  | 253.123          | 3,7                | 23.565,19             |
| 3°                        | Balsas                    | 2.629.706                     | 3,35                  | 92.144           | 1,3                | 28.539,09             |
| 4°                        | Açailândia                | 2.027.416                     | 2,58                  | 109.685          | 1,6                | 18.483,99             |
| 5°                        | São Jose do Ribamar       | 1.714.914                     | 2,19                  | 109.685          | 2,5                | 9.840,73              |
| 6°                        | Caxias                    | 1.454.671                     | 1,85                  | 109.685          | 2,3                | 9.027,54              |
| 7°                        | Timon                     | 1.344.276                     | 1,71                  | 164.869          | 2,4                | 8.153,60              |
| 8°                        | Santa Inês                | 1.144.137                     | 1,46                  | 83.238           | 1,2                | 13.745,37             |
| 9°                        | Bacabal                   | 1.019.263                     | 1,3                   | 102.656          | 1,5                | 9.928,92              |
| 10°                       | São Antônio dos Lopes     | 933.361                       | 1,19                  | 14.253           | 0,2                | 65.485,25             |
| 208°                      | Central do Maranhão       | 35.954                        | 0,05                  | 8.447            | 0,1                | 4.256,47              |
| 209°                      | Luís Domingues            | 35.442                        | 0,05                  | 6.788            | 0,1                | 5.221,24              |
| 210°                      | Sucupira do Riachão       | 35.159                        | 0,04                  | 5.537            | 0,1                | 6.349,86              |
| 211°                      | São Roberto               | 34.496                        | 0,04                  | 6.529            | 0,1                | 5.283,50              |
| 212°                      | Benedito Leite            | 34.094                        | 0,04                  | 5.519            | 0,1                | 6.177,49              |
| 213°                      | Porto Rico do Maranhão    | 34.073                        | 0,04                  | 5.877            | 0,1                | 5.797,75              |
| 214°                      | Junco do Maranhão         | 33.244                        | 0,04                  | 5.230            | 0,1                | 9.689,36              |
| 215°                      | São Raimundo Doca Bezerra | 30.607                        | 0,04                  | 5.230            | 0,1                | 5.852,21              |
| 216°                      | Nova Iorque               | 30.491                        | 0,04                  | 4.592            | 0,1                | 6.639,99              |
| 217°                      | Bacurituba                | 30.491                        | 0,04                  | 5.511            | 0,1                | 5.225,15              |
| <b>PIB Total Maranhão</b> |                           | <b>78.475.166</b>             | <b>100</b>            | <b>6.904.241</b> | <b>100</b>         | <b>11.366,20</b>      |

Fonte: IBGE (2018)

No ano de 2017, com relação à distribuição do PIB nos municípios maranhenses, observa-se que os municípios que mais contribuíram para o resultado do estado são, a capital São Luís que representa 34,19% do PIB do Maranhão, seguida por Imperatriz com percentual de 7,60%, Balsas representando 3,35%, Açailândia com 2,58%, e São José do Ribamar com a percentagem de 2,19% . As demais cidades representam em torno de 0,04% a 1,85% do PIB do Maranhão.

Desse modo, a evolução positiva do PIB do Maranhão a preços constantes em relação ao Nordeste e ao Brasil, na tabela 5, sinaliza uma retomada no que diz respeito ao crescimento econômico do estado. Considerando a participação da distribuição setorial no Valor Adicionado Bruto do município de São Luís, por atividades econômicas, no ano de 2017, sua distribuição setorial corresponde a 0,1% na agropecuária, 24,3% na indústria e 75,6% em

serviços, como pode ser visto na tabela 8 (IBGE, 2019).

**Tabela 8** – Evolução do PIB (R\$ mil) e Valor Adicionado (R\$ mil) do município de São Luís (2012 - 2017)

| São Luís | PIB mil R\$ | %do PIB Estadual | VA Agropecuária mil R\$ | VA Indústria mil R\$ | VA Serviços mil R\$ |
|----------|-------------|------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|
| 2012     | 22.692.529  | 37,53%           | 18,231                  | 5.408.400            | 12.592.765          |
| 2013     | 23.132.344  | 3422%            | 23,595                  | 4.911.046            | 11647,447           |
| 2014     | 26.326.087  | 3426%            | 22,741                  | 5.945.312            | 15.350.051          |
| 2015     | 261.332.481 | 34,19%           | 24,313                  | 6.100.943            | 15.544.938          |
| 2016     | 28.323.357  | 3321%            | 21,969                  | 5.531.002            | 14.332.677          |
| 2017     | 29.727.649  | 3321%            | 22,505                  | 5.799.292            | 18.030.000          |

Fonte: IBGE (2019)

A partir de 2010, de acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2010), verificou-se uma aceleração nas taxas de crescimento econômico e também dos números relacionados à produção e emprego. Esse cenário também mostra uma melhoria em alguns indicadores econômicos e sociais no Maranhão (Tabela 9).

**Tabela 9** – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em ocupações formais, por sexo e cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais - 2018

| Período | Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais | Sexo        |            |             |            |
|---------|--|-------------|------------|-------------|------------|
|         |  | Homens      |            | Mulheres    |            |
|         |  | Proporção   | CV (%)     | Proporção   | CV (%)     |
| 2012    | Brasil   | 59,4        | 0,4        | 57,4        | 0,5        |
|         | Nordeste   | 41,7        | 1          | 41          | 1,2        |
|         | <b>Maranhão</b>  | <b>32,6</b> | <b>2,6</b> | <b>33,6</b> | <b>3,1</b> |
| 2013    | Brasil   | 60,3        | 0,4        | 58,9        | 0,4        |
|         | Nordeste   | 42,2        | 1          | 42,5        | 1,1        |
|         | <b>Maranhão</b>  | <b>32,3</b> | <b>2,4</b> | <b>33,6</b> | <b>3</b>   |
| 2014    | Brasil   | 61,3        | 0,4        | 60,5        | 0,4        |
|         | Nordeste   | 43,6        | 1          | 44          | 1,1        |
|         | <b>Maranhão</b>  | <b>31,9</b> | <b>2,6</b> | <b>33,1</b> | <b>3</b>   |
| 2015    | Brasil   | 61,5        | 0,4        | 60,5        | 0,4        |

|      |                 |             |            |             |            |
|------|-----------------|-------------|------------|-------------|------------|
|      | Nordeste        | 43,8        | 1          | 44,9        | 1,1        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>30,6</b> | <b>2,3</b> | <b>32,2</b> | <b>2,9</b> |
| 2016 | Brasil          | 60,9        | 0,4        | 61,1        | 0,4        |
|      | Nordeste        | 43,8        | 1          | 46,9        | 1,1        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>31,4</b> | <b>2,8</b> | <b>34,3</b> | <b>2,9</b> |
| 2017 | Brasil          | 59,2        | 0,4        | 59,3        | 0,5        |
|      | Nordeste        | 42,8        | 1,2        | 45,1        | 1,2        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>31,9</b> | <b>2,8</b> | <b>36,4</b> | <b>2,9</b> |
| 2018 | Brasil          | 58,6        | 0,4        | 58,4        | 0,5        |
|      | Nordeste        | 42,8        | 1,1        | 44,8        | 1,3        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>33,6</b> | <b>2,7</b> | <b>37,2</b> | <b>3,2</b> |

Fonte: IBGE (2021)

Segundo Rolim Filho (2016), a reanimação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica do estado maranhense, desde que o crescimento internacional de commodities favoreceu o desempenho econômico do estado. A partir de 2002, além do crescimento do PIB, também houve um aumento da geração de empregos com carteira assinada, o que contribuiu para a formalização de contratos de trabalho.

Ao analisar especificamente o Maranhão, a tabela mostra o crescimento do trabalho assalariado entre as mulheres (de 33,6% em 2012 para 37,2% em 2018). Além disso, a participação das mulheres é maior que a participação dos homens. Já na média nacional, os homens representam maior participação.

Além disso, outro indicador importante é a estrutura de remunerações do emprego: a relação entre a remuneração média real dos trabalhadores do Maranhão em comparação ao Brasil e Nordeste é sempre menor. A remuneração do trabalhador maranhense é quase 50% menor que a renda nacional, e 25% menor que a média do Nordeste.

**Tabela 10** - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, cor ou raça (2012 – 2018).

| Período | Grandes Regiões e Unidades da Federação | Total        | Com carteira de trabalho assinada | Sem carteira de trabalho assinada |
|---------|---|--------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 2012    | Brasil                                  | 2.065        | 2.027                             | 1.138                             |
|         | Nordeste                                | 1.371        | 1.558                             | 799                               |
|         | <b>Maranhão</b>                         | <b>1.094</b> | <b>1.407</b>                      | <b>761</b>                        |

|      |                 |              |              |            |
|------|-----------------|--------------|--------------|------------|
| 2013 | Brasil          | 2.137        | 2.082        | 1.217      |
|      | Nordeste        | 1.430        | 1.586        | 842        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.160</b> | <b>1.437</b> | <b>808</b> |
| 2014 | Brasil          | 2.218        | 2.142        | 1.253      |
|      | Nordeste        | 1.485        | 1.641        | 858        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.111</b> | <b>1.445</b> | <b>867</b> |
| 2015 | Brasil          | 2.124        | 2.071        | 1.209      |
|      | Nordeste        | 1.440        | 1.560        | 853        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.128</b> | <b>1.497</b> | <b>853</b> |
| 2016 | Brasil          | 2.134        | 2.105        | 1.210      |
|      | Nordeste        | 1.431        | 1.543        | 855        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.190</b> | <b>1.482</b> | <b>859</b> |
| 2017 | Brasil          | 2.114        | 2.116        | 1.199      |
|      | Nordeste        | 1.448        | 1.598        | 851        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.202</b> | <b>1.444</b> | <b>850</b> |
| 2018 | Brasil          | 2.163        | 2.117        | 1.237      |
|      | Nordeste        | 1.441        | 1.578        | 862        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>1.249</b> | <b>1.519</b> | <b>856</b> |

Fonte: IBGE (2021)

Outro ponto notável com relação à remuneração é quando analisamos a remuneração por gênero e por cor. As mulheres e a raça preta e parda têm as menores remunerações quando comparadas com pessoas do gênero masculino e raça branca.

Dessa maneira, por meio de todos os indicadores analisados, percebe-se que houve um aumento na geração de emprego no estado do Maranhão, porém as condições de ocupação e os rendimentos apontam disparidades entre os indicadores em âmbito nacional. Grande parte dos indicadores evidenciam as precariedades da base estrutural do estado, tanto quando comparado com o âmbito nacional, quando comparado com as demais regiões do Nordeste

Por outro lado, o quantitativo de estabelecimentos de acordo com o setor econômico do Maranhão apresentou crescimento positivo de 137,3% nos período de 2002 a 2016, passando 19.350 estabelecimentos em 2002 para 45.925 estabelecimentos em 2016. Além disso, observou-se que no que diz respeito a distribuição de empresas por setor, a estrutura permanece praticamente com a mesma, com concentração de empresas nos setores de Comércio e Serviços, que, somados, obtiveram participação de 81,7% em 2016 e 80,2% em 2002 (Tabela 10)

**Tabela 11** – Distribuição dos estabelecimentos segundo setor econômico (2002 e 2016)

| Setor | 2002 | 2016 | Var |
|-------|------|------|-----|
|-------|------|------|-----|

|  | <b>Estabelecimento</b> | <b>Part. (%)</b> | <b>Estabelecimento</b> | <b>Part. (%)</b> | <b>(%)</b>   |
|--|------------------------|------------------|------------------------|------------------|--------------|
| Extrativa Mineral                            | 51                     | 0,3              | 84                     | 0,2              | 64,7         |
| Indústria de Transformação                   | 1.298                  | 6,7              | 2.630                  | 5,7              | 102,6        |
| Serviços Industriais de Utilidade pública.   | 192                    | 1                | 162                    | 4                | -15,6        |
| Construção Civil                             | 1.110                  | 5,7              | 2.232                  | 4,9              | 101,1        |
| Comércio                                     | 9.534                  | 49,3             | 23.788                 | 51,8             | 149,5        |
| Serviços                                     | 5.983                  | 30,9             | 13.751                 | 29,9             | 129,8        |
| Administração pública                        | 374                    | 1,9              | 440                    | 1                | 17,6         |
| Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca | 808                    | 4,2              | 2.838                  | 6,2              | 251,2        |
| <b>Maranhão</b>                              | <b>19.350</b>          | <b>100</b>       | <b>45.925</b>          | <b>100</b>       | <b>137,3</b> |
| <b>Nordeste</b>                              | <b>325.949</b>         |                  | <b>632.774</b>         |                  | <b>94,1</b>  |
| <b>Brasil</b>                                | <b>2.447.865</b>       |                  | <b>3.921.448</b>       |                  | <b>60,2</b>  |

Fonte: BNB/ETENE (2019)

Desse modo, com os contínuos investimentos em obras estruturantes, foram gerados mais empregos e a houve a expansão da renda per capita. Apesar de a forma como isso aconteceu possa ser duramente criticada, por causa da concentração da pauta em produtos primários, de pequeno valor agregado e com a concentração da renda em poucas pessoas, o Maranhão apresentou altas taxas de crescimento (BNB, 2019).

### 2.3 A utilização dos indicadores sociais para análise das desigualdades

De acordo com Teixeira (2018), os indicadores sociais podem ser considerados como ferramentas operacionais para monitoramento da realidade social, que subsidiarão o planejamento e as decisões das políticas públicas, nas escalas local, regional e nacional. Dispor de informações atualizadas e acompanhar as mudanças é pressuposto fundamental para o controle social.

Ainda de acordo com os autores Rabelo e Rodrigues (2013), verifica-se que no Maranhão, são recorrentes as cidades que crescem sem planejamentos prévios, provocando o aumento dos aspectos negativos, como por exemplo, a ausência de saneamento básico, baixos indicadores sociais, violência urbana, dentre outros. Estes aspectos impactam direta e/ou indiretamente a qualidade de vida da população, devendo ser monitorados através dos indicadores.

Em relação aos demais estados do país e do Nordeste brasileiro, as pesquisas prévias

indicam que as desigualdades sociais presentes no Maranhão são mais severas, apresentando, em algumas cidades, índice de desenvolvimento humano (IDH) muito baixo, semelhante ao de países como Haiti, Laos, Iêmen e Madagáscar (IBGE, 2019).

Apesar de o estado ter crescido economicamente nos últimos anos, a maioria da população ainda vive em condição de vulnerabilidade social. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013 divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no Brasil (PNUD), o IDH do Maranhão é 0,639, praticamente empatado com Alagoas (0,631), que ocupa a última posição no índice geral. No indicador de renda, o Maranhão fica em último lugar, com índice de 0,612 (IBGE, 2019).

Devido à localização do estado no Brasil, o Maranhão possui uma condição de “dupla regionalidade”, tendo relações muito históricas com a região Norte, sobretudo com o Pará, mas se enquadrando hoje na Região Nordeste. No que se refere às características naturais, o estado possui regiões de Cerrado, de Amazônia, de regiões do chamado “sertão”, portanto, se enquadraria, facilmente, tanto como Nordeste quanto como Norte.

Estes grandes diferenciais que o Maranhão apresenta, se explorados corretamente, proporcionariam ao estado uma melhor condição tanto econômica quanto social. Como já mencionado, o estado possui regiões de cerrado, de terras ricas e produtivas, muita água, grande diversidade, o que o diferencia, em muito, de outros estados do Nordeste, que possuem clima mais seco. Devido a essa condição, em especial, o Maranhão recebe imigrantes de vários estados da região que estão fugindo da seca e buscando terras férteis.

Diante disso, com base nos dados coletados do IBGE 2020, período analisado entre 2012 a 2018, verificou-se que o Maranhão possui o pior rendimento domiciliar per capita seguido apenas por Alagoas e Piauí (IBGE, 2020). Além disso, pode-se observar que o Maranhão está muito aquém da média nacional e da média da região Nordeste.

**Tabela 12** - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano das pessoas, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais (2012 – 2018)

| Período | Unidades da Federação | Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$) |            |            |            |
|---------|-----------------------|---|------------|------------|------------|
|         |                       | Médio   |            | Mediano    |            |
|         |                       | Rendimento                                    | CV (%)     | Rendimento | CV (%)     |
| 2012    | Brasil                | 1.258   | 1,1        | 748        | 0,7        |
|         | Nordeste              | 771   | 2          | 450        | 1,7        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>560</b>                                    | <b>2,4</b> | <b>375</b> | <b>4,2</b> |

|      |                 |            |            |            |            |
|------|-----------------|------------|------------|------------|------------|
| 2013 | Brasil          | 1.293      | 1          | 789        | 0,7        |
|      | Nordeste        | 800        | 1,6        | 474        | 1,8        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>574</b> | <b>2,3</b> | <b>388</b> | <b>4,4</b> |
| 2014 | Brasil          | 1.341      | 1,1        | 831        | 0,6        |
|      | Nordeste        | 849        | 1,7        | 507        | 1,7        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>592</b> | <b>2</b>   | <b>411</b> | <b>4</b>   |
| 2015 | Brasil          | 1.297      | 1,2        | 809        | 0,7        |
|      | Nordeste        | 842        | 1,8        | 502        | 1,7        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>604</b> | <b>2,4</b> | <b>410</b> | <b>4,4</b> |
| 2016 | Brasil          | 1.286      | 1,3        | 778        | 0,8        |
|      | Nordeste        | 811        | 2          | 478        | 1,8        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>618</b> | <b>3,8</b> | <b>399</b> | <b>4,4</b> |
| 2017 | Brasil          | 1.285      | 1,2        | 778        | 0,6        |
|      | Nordeste        | 818        | 2,7        | 483        | 1,6        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>615</b> | <b>4,5</b> | <b>389</b> | <b>4,4</b> |
| 2018 | Brasil          | 1.337      | 1,4        | 805        | 0,8        |
|      | Nordeste        | 815        | 1,7        | 484        | 2          |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>607</b> | <b>2,9</b> | <b>388</b> | <b>4,7</b> |

Fonte: IBGE (2021)

Outro ponto importante está relacionado à origem dos rendimentos maranhenses de acordo com as classes de rendimento domiciliar per capita. Nesse indicador, a média do Maranhão acompanha a média nacional e da região Nordeste. Basicamente, a renda da população é oriunda em torno de 65 % do trabalho, 25% da renda de aposentadoria e 10% de outras fontes (IBGE, 2019).

**Tabela 13** - Distribuição percentual do rendimento de todas as fontes dos arranjos domiciliares, por classes de rendimento domiciliar per capita e origem dos rendimentos, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2012 – 2018)

| Período | Unidades da Federação | Origem dos rendimentos |            |                        |
|---------|-----------------------|------------------------|------------|------------------------|
|         |                       | Outras fontes          | Trabalho   | Aposentadoria e pensão |
|         |                       | Percentual             | Percentual | Percentual             |
| 2012    | Brasil                | 8                      | 73,9       | 18,1                   |
|         | Nordeste              | 9,6                    | 68,3       | 22,1                   |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>10,2</b>            | <b>68</b>  | <b>21,8</b>            |
| 2013    | Brasil                | 7,3                    | 74,9       | 17,8                   |

|      |                 |             |             |             |
|------|-----------------|-------------|-------------|-------------|
|      | Nordeste        | 9,3         | 69          | 21,7        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>10,1</b> | <b>68,5</b> | <b>21,4</b> |
| 2014 | Brasil          | 6,5         | 75,2        | 18,3        |
|      | Nordeste        | 9,1         | 69,7        | 21,1        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>10</b>   | <b>67,9</b> | <b>22,2</b> |
| 2015 | Brasil          | 7,2         | 74,2        | 18,6        |
|      | Nordeste        | 9,3         | 68,8        | 22          |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>10</b>   | <b>67,6</b> | <b>22,4</b> |
| 2016 | Brasil          | 6,7         | 73,9        | 19,4        |
|      | Nordeste        | 8,7         | 67,6        | 23,7        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>9,5</b>  | <b>68,2</b> | <b>22,2</b> |
| 2017 | Brasil          | 7           | 73,1        | 19,9        |
|      | Nordeste        | 8,9         | 66,9        | 24,2        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>9,8</b>  | <b>66,8</b> | <b>23,4</b> |
| 2018 | Brasil          | 7           | 72,4        | 20,5        |
|      | Nordeste        | 9           | 66,5        | 24,5        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>8,6</b>  | <b>65,8</b> | <b>25,5</b> |

Fonte: IBGE (2021).

Em relação ao rendimento por gênero, verifica-se pouca diferença de rendimentos entre homens e mulheres. As mulheres, diferentemente do que ocorre no âmbito nacional e do Nordeste, possuem rendimento maior que dos homens conforme pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 14** - Rendimento domiciliar per capita médio e mediano, por sexo e cor ou raça, com indicação dos coeficientes de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2012 – 2018)

| Período | Unidades da Federação | Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$) |            |            |            |
|---------|-----------------------|---|------------|------------|------------|
|         |                       | Sexo  |            |            |            |
|         |                       | Homem   |            | Mulher     |            |
|         |                       | Médio   | Mediano    | Médio      | Mediano    |
| 2012    | Brasil                | 1.267   | 754        | 1.248      | 742        |
|         | Nordeste              | 763   | 449        | 778        | 451        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>558</b>                                    | <b>371</b> | <b>563</b> | <b>381</b> |
| 2013    | Brasil                | 1.309   | 797        | 1.278      | 780        |
|         | Nordeste              | 807   | 475        | 794        | 473        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>580</b>                                    | <b>390</b> | <b>569</b> | <b>386</b> |
| 2014    | Brasil                | 1.353   | 836        | 1.330      | 826        |
|         | Nordeste              | 847   | 507        | 851        | 507        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>597</b>                                    | <b>412</b> | <b>587</b> | <b>410</b> |
| 2015    | Brasil                | 1.309   | 814        | 1.286      | 802        |
|         | Nordeste              | 835   | 501        | 849        | 502        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>604</b>                                    | <b>410</b> | <b>604</b> | <b>409</b> |

|      |                 |            |            |            |            |
|------|-----------------|------------|------------|------------|------------|
| 2016 | Brasil          | 1.300      | 783        | 1.273      | 772        |
|      | Nordeste        | 807        | 477        | 814        | 479        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>616</b> | <b>396</b> | <b>620</b> | <b>403</b> |
| 2017 | Brasil          | 1.299      | 778        | 1.273      | 778        |
|      | Nordeste        | 827        | 482        | 809        | 484        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>613</b> | <b>386</b> | <b>617</b> | <b>393</b> |
| 2018 | Brasil          | 1.350      | 809        | 1.324      | 798        |
|      | Nordeste        | 812        | 483        | 818        | 484        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>601</b> | <b>386</b> | <b>613</b> | <b>391</b> |

Fonte: IBGE (2021).

Já para mensurar a desigualdade social, é utilizado o índice de Gini, importante para avaliar a distribuição de renda no estado. O índice mede a concentração de renda e varia de 0 a 1, sendo 0 a distribuição perfeita e 1 a desigualdade máxima. Também conhecido como Coeficiente de Gini, tal índice é largamente utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, bem-estar social, pobreza e desenvolvimento econômico, entre outros. (Oliveira, Silva e Costa, 2014)

De acordo com os dados da tabela 15, em 2018, o Maranhão teve índice de 0,526, o mesmo registrado em 2017. O número indica um grau de concentração de rendimento menor que o detectado para o Brasil, que alcançou 0,538 em 2017 e 0,545 em 2018. Apesar disso, verifica-se que o índice do Maranhão está bastante próximo da média nacional e do Nordeste nos períodos analisados.

**Tabela 15** - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita

| Período | Unidades da Federação | Índice de Gini |            |
|---------|-----------------------|----------------|------------|
|         |                       | Índice         | CV (%)     |
| 2018    | Brasil                | 0,545          | 0,8        |
|         | Nordeste              | 0,545          | 0,9        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>0,526</b>   | <b>1,8</b> |
| 2017    | Brasil                | 0,538          | 0,7        |
|         | Nordeste              | 0,554          | 1,7        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>0,526</b>   | <b>3,2</b> |
| 2016    | Brasil                | 0,537          | 0,8        |
|         | Nordeste              | 0,544          | 1,2        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>0,517</b>   | <b>2,9</b> |
| 2015    | Brasil                | 0,524          | 0,7        |
|         | Nordeste              | 0,533          | 1,1        |
|         | <b>Maranhão</b>       | <b>0,493</b>   | <b>1,7</b> |
| 2014    | Brasil                | 0,526          | 0,6        |

|      |                 |              |            |
|------|-----------------|--------------|------------|
|      | Nordeste        | 0,532        | 1          |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>0,475</b> | <b>1,5</b> |
| 2013 | Brasil          | 0,533        | 0,6        |
|      | Nordeste        | 0,537        | 1          |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>0,492</b> | <b>1,7</b> |
| 2012 | Brasil          | 0,54         | 0,7        |
|      | Nordeste        | 0,546        | 1,3        |
|      | <b>Maranhão</b> | <b>0,497</b> | <b>1,7</b> |

Fonte: IBGE (2021)

Dessa forma, com base nos dados apresentados, percebe-se o quanto o Maranhão é um estado com uma estrutura frágil, dado que sua população é carente de atenção em várias dimensões. Os novos investimentos são de grande magnitude, porém os efeitos multiplicadores se desenvolvem lentamente, já que existem muitos entraves econômicos e sociais, o que não deixa também de refletir na realidade brasileira, e, sobretudo na região Nordeste.

O grande desafio do Maranhão no âmbito do novo desenvolvimento brasileiro está em articular os atuais investimentos como ações políticas e econômicas que proporcionem maior justiça social, por meio de uma maior diversificação produtiva, criando espaços para um mercado regional e local e possibilitando a todos um amplo acesso à justiça social através do aumento do número de empregos.

Desse modo, ao analisar a economia maranhense a partir da primeira década do século do XXI, verifica-se que três setores dinâmicos são responsáveis por 70% do PIB do estado, sendo eles: Ferro, Alumínio e Soja. Diante disso, existe a necessidade (e possibilidade) de crescimento de outros setores, tais como o turismo, a cadeia produtiva da pesca, a agricultura, pecuária e agroindústria, a bioenergia e a inovação tecnológica, além de uma possível diversificação da atividade industrial. Para isso já concorrem fatores logísticos como uma malha ferroviária significativa, portos mais modernos e boa oferta de energia. Além disso, faz-se necessário, do ponto de vista do crescimento econômico, investimento público em educação, em pesquisa e desenvolvimento e em infraestrutura (Pereira Filho, 2015)

Segundo CASOTECA (2020), o Plano Mais IDH é um exemplo de estratégia que visa reduzir a desigualdade e enfrentar as vulnerabilidades sociais da população maranhense, centralizando esforços em políticas públicas direcionadas à qualidade de vida das pessoas. Ele é baseado no enfrentamento a desigualdade social, por meio da integração de políticas públicas, em acordo à realidade local dos 30 municípios de menor desenvolvimento do Maranhão. A visão localizada das ações permite a otimização dos resultados, bem como do

recurso público, o que se evidencia na atuação em eixos centrais (educação, renda e longevidade), complementados por áreas transversais (infraestrutura, participação popular, gênero, raça e juventude).

Segundo o autor, ainda, o foco desse plano é a inclusão e integração produtiva de pessoas pobres e dos segmentos sociais com maior vulnerabilidade, dentre eles, os trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, baseado em um desenvolvimento voltados para as necessidades de cada um deles, tanto no meio urbano ou na zona rural dos municípios. Assim, parte-se de um pressuposto territorial e sustentável. Diante disso, é necessário a integração das ações para ampliação dos mecanismos de participação popular, bem como da oferta dos programas básicos de cidadania.

Como resultados desse programa, observa-se o IDH do Estado do Maranhão, que teve a 8ª melhor variação do país, entre os anos de 2012 e 2017, último dado disponível segundo o IPEA. O índice subiu para 0,687 no estado, evidenciando o resultado positivo de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais. Há, ainda, a variação positiva em indicadores transversais, tais como o IDEB Ensino Médio, de 2,8 para 3,4, entre 2013 e 2017, segundo o INEP; o aumento do rendimento domiciliar per capita, de R\$ 509,00 em 2015 para R\$ 635,00 em 2019 (IBGE, 2019); bem como a redução da mortalidade materna e infantil por cinco anos consecutivos (2015-2019), segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (CASOTECA, 2020).

Dentre as ações que compõem o Mais IDH, está o programa “Sim, Eu Posso!”, que foi responsável pela alfabetização de mais de 20 mil jovens, adultos e idosos em 15 dos 30 municípios; além disso foram inauguradas 129 escolas beneficiando uma média de 95 mil alunos anualmente com material escolar, através da ação Bolsa Escola. Também foi possível a universalização do acesso à água em 7 municípios com a implantação de sistemas plenos, abastecendo mais de 11 mil domicílios e 71 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água inaugurados (CASOTECA, 2020).

O Plano Mais IDH atende a lógica de integração de políticas públicas, promovendo a otimização de recursos e a melhoria nos resultados. Além disso, a atuação da sociedade civil, através de comitês municipais e a articulação com o poder público local geram uma rede multissetorial, que garante a efetivação das ações em suas mais distintas realidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse estudo foi feito um panorama histórico da economia do Maranhão, que é caracterizada por distintas fases. Dentre essas, podem-se destacar o cultivo do algodão para abastecer o mercado externo, extração do babaçu e implantação de grandes projetos, entre eles o Alumar – Consórcio de Alumínio do Maranhão, PGC - Grande Carajás e o cultivo da soja no Sul do estado.

Através do Programa Grande Carajás, o Maranhão deu seu grande salto como região exportadora. A presença de reservas norte e meio norte do Maranhão e a construção de uma infraestrutura altamente eficiente de escoamento da produção permitiram que o estado se tornasse uma das maiores áreas exportadoras do mundo em diversos produtos como a ferro-gusa, ferro-ligas, alumínio.

Esses grandes projetos promoveram grandes impactos líquidos positivos sobre toda a economia maranhense, sendo que os fatores que mais contribuíram para essas mudanças foram, principalmente, o crescimento do agronegócio, em especial, a soja e as indústrias de transformação, com destaque para a metalurgia, papel e celulose e extrativa mineral. Além disso, ocorreram importantes transformações no Maranhão, seja na distribuição territorial,

seja nas relações de trabalho e, sobretudo, na estrutura produtiva do estado.

Em relação à agricultura, foi visto que os grandes projetos como o MATOPIBA favoreceram o fomento a novos terminais de carga, descarga e armazenagem para grãos e simultaneamente a importação de fertilizantes. Neste contexto, encontra-se a modernização da agricultura, através do cultivo da soja, milho, arroz e também pela produção de celulose .

Também foi observado que nos últimos vinte anos a economia maranhense investiu na área industrial, dentro de um cenário voltado para o exterior do estado. Dessa forma, com esse estudo foi possível observar que o Estado do Maranhão, a partir das últimas décadas do século XX, passou a apresentar taxas de crescimento superiores às taxas de outros estados da região Nordeste. A partir do século XXI, o Maranhão passou por diferentes transformações econômicas principalmente relacionadas ao investimento em reformas sociais, infraestrutura e investimento privado baseados na produção de commodities para o mercado internacional.

Com base no panorama apresentado nesse estudo de revisão e nas transformações vindouras, pode-se dizer que há certo otimismo para o Maranhão no longo prazo, uma vez que o PIB e o PIB per capita tem crescido acima da média nacional e do Nordeste, fazendo com que as desigualdades inter-regionais sejam reduzidas.

Em relação à infraestrutura, o estado ainda necessita de estradas adequadas e conexões internas, não só logística, como administrativa e comercial, para que seja desenvolvido de melhor maneira o interior do Estado. O baixo desenvolvimento interior do Maranhão não aparenta ter soluções no curto prazo, tendo em vista que há poucas atividades econômicas apresentando destaque.

Foi verificado que, através dos grandes projetos, o estado se articulou com o mercado internacional, entretanto, isso ocorreu em consonância com o capital monopolista, deixando de fora do processo de desenvolvimento boa parte da população, o que contribuiu para o estado se tornar um dos estados que mais apresenta problemas sociais.

Desse modo, há a necessidade de manutenção dos programas de assistência social, tendo em vista que o Maranhão não modificou seu panorama em relação a ser o estado brasileiro com maior contingente de população em extrema pobreza. Desse modo, com os contínuos investimentos em obras estruturantes, foram gerados mais empregos e a renda per capita se expandiu. O Maranhão cresceu economicamente nos últimos anos, mas a maioria da população ainda vive em condição de vulnerabilidade social. As ameaças ao apoio social dificultam estabelecer cenários de como crescerão os padrões de consumo após a recuperação da crise nacional.

Segundo os autores analisados, o modelo de expansão pela articulação com os

mercados internacionais de commodities agrícolas e minerais é considerado vulnerável às oscilações daqueles mercados. O modelo não parece ser capaz de dar respostas à expressiva parcela da população que segue ocupada nas atividades de agricultura familiar e nos pequenos núcleos urbanos, atualmente dependentes, em grande medida, das transferências federais. O Maranhão possui grandes diferenciais que, se explorados corretamente, proporcionariam ao estado uma melhor condição tanto econômica quanto social.

Dessa forma, para que o estado consiga se desenvolver de maneira sustentada é fundamental que ocorra reformas estruturadas, dado que seu desenvolvimento necessitará sobretudo da capacidade de aumentar a produtividade, diversidade produtiva e complexidade interna.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, M. L. S. de. **Dinâmica espaço-temporal da cultura de soja na região do Mapitoba, Brasil (1990-2015)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geociências Aplicadas). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

AZEVEDO, M. PEREIRA. **Os ciclos econômicos do Maranhão: do algodão ao minero-metalúrgico**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia com habilitação em Comércio Exterior). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003.

BARBOSA, Z. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. 2001. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP, 2001.

BARBIERI, A. L. C. **As tendências ao desenvolvimento sustentável no manejo do babaçu pelas comunidades rurais do Estado do Maranhão**. 2004. Dissertação em economia comercio exterior, Universidade federal do Pernambuco, UFPE, Recife, 2004.

BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019

DINIZ, F. A. Novos investimentos no Maranhão: um cenário desenvolvimentista? **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp.89-108, jul.-dez. 2013.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. Edusp, 2001.

FERREIRA, A. M. N. **O total aproveitamento do coco babaçu (*Orbignya oleifera*)**. 2011. ix, 17 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

HOLANDA, F. M.; ANCHIETA JUNIOR, V. **Avaliando a dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense no período 2000 a 2012: o que mudou e o que permanece?** In: FELIPE MACEDO DE HOLANDA. (Org.). *A dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense no período 2000 a 2012: o que mudou e o que permanece?* 1ed. SÃO LUÍS: IMESC, 2013, v. 1, p. 89-128.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=resultados>> Acesso em 02 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010 Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9752&t=sobre>> Acesso em 02 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais**. 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas->

regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso em 02 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9862&t=resultados>> Acesso em 02 nov. 2021.

IMESC. 2019. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão - 2010/2017**. Disponível em <<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/382564664c4eb6e9b71374f5eda9fa1857>> Acesso em 15 dez. 2021

LEÃO, H. C. R. S.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Perfil Econômico do Maranhão**. Banco do Nordeste do Brasil, ano 3, n.3, set. 2018. Disponível em <<https://www.bnb.gov.br/etene/informe-etene>>. Acesso em: 08 jun. 2020

MATTEI, L. et al. **Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil**. In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, 45., 2007. Anais [...]. Londrina, 22 a 25 de julho, 2007.

MOREIRA, D. N. M. **Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado**. 2021. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2021.

Oliveira BLCA, Silva AM, Figueiredo CLC, Costa DDO. **Condições de vida e saúde no estado do maranhão: um estudo ecológico**. Rev Eletrônica Gestão Saúde. 2014; 05: 2576-88.

PAULA, R. Z. A. de; HOLANDA, F. M. de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**. Heera (UFJF. Online), v. 6, p. 48-76, 2011.

PAULA, R. Z. A. de; MESQUITA, B. A. de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão – 1970/2008**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13, Fortaleza, 2008, Anais... Fortaleza: BNB, 2008

PEREIRA FILHO, J. F. **Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento.** 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PLANO Mais IDH. **Casoteca**, 2020. Disponível em <<https://conteudo.clp.org.br/casoteca-plano-mais-idh>>. Acesso em: 02 nov 2021.

RABELO, T. O. ; RODRIGUES, Z. M. R. . **Indicadores sociais na Região Metropolitana da Grande São Luís : segurança, emprego e renda..** In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2013, Lima. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2013. v. 01. p. 01-16.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?** 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROCHA, F. A. **A expansão da soja na Mapitoba e suas implicações socioeconômicas.** 2014. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2014.

ROCHA, R. G.; MOTA, F. L. **A inserção da economia maranhense no cenário nacional: o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: e os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Anais... Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 1-20.

SANTOS, M. C. C. dos. **Luzes da educação: o pombalismo no Grão-Pará e Maranhão setecentista.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Amapá, 2021.

SISTEMA IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal 2020.** 2020. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 11 jan.

2022.

SISTEMA IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Tabela 5457 - Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes.** 2020. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>>. Acesso em 11 jan. 2022.

SILVA, M. R. da. **Distribuição do babaçu e sua relação com os fatores geoambientais na bacia do rio cocal, estado do Tocantins.** 2008. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SIMONSEN, R. C. História econômica do Brasil: 1500-1820. Edições do Senado Federal; v. 34, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1111>>. Acesso em 08 jan. 2022.

VIVEIROS, J. de. **História do Comércio do Maranhão 1896-1934.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

TRIBUZI, B. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** Edição comemorativa dos 35 anos de criação do CORECON-MA, 2011.

TROVÃO, C. J. B. M. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-201. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 23-45, jan./mar., 2019